



UnB

Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Ciência da Informação – FCI

**A CONTRIBUIÇÃO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE BRASÍLIA NA
PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES**

Loyanne Andrielly Santos de Santana

Orientadora: Michelli Pereira da Costa

Brasília

2025

LOYANNE ANDRIELLY SANTOS DE SANTANA

**A CONTRIBUIÇÃO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE BRASÍLIA NA
PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES**

Monografia apresentada como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia pela Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

Brasília

2025

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: A CONTRIBUIÇÃO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE BRASÍLIA NA PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Autor(a): Loyanne Andrielly Santos de Santana

Monografia apresentada em **18 de fevereiro de 2024** à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador(a) (FCI/UnB): Dra. Michelli Pereira da Costa

Membro Interno (FCI/UnB): Dra. Greyci Souza Lobato Lins

Membro Externo (PPGCIInf/UnB): Ma. Gabriela Fernanda Ribeiro Rodrigues



Documento assinado eletronicamente por **Michelli Pereira da Costa, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 18/03/2025, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **GABRIELA FERNANDA RIBEIRO RODRIGUES, Usuário Externo**, em 19/03/2025, às 08:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Greyzi Souza Lobato Lins, Coordenador(a) da Coordenação do Curso de Biblioteconomia da Faculdade Ciência da Informação**, em 19/03/2025, às 16:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **12540533** e o código CRC **DF7EC9F6**.

Dedico esta pesquisa a todas as mulheres da minha vida, que com sua força, coragem e inspiração, me mostraram o verdadeiro significado de resiliência. Em especial, dedico a minha avó, Enivalda Apolinária. A sua força inabalável moldou quem sou hoje, e o seu amor constante foi a luz que me impediu de desistir. Esta conquista é, sem dúvida, um reflexo de tudo o que aprendi com você.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar meus agradecimentos a Deus, que me deu forças nos momentos mais difíceis e me guiou até aqui, quando pensei em desistir. É graças a Ele que consegui chegar até este ponto.

À minha orientadora, Michelle Costa, que acreditou nesse projeto desde o começo e me acompanhou com tanta dedicação. Você foi uma fonte constante de inspiração, não só pela sua competência, mas pela força que transmite como mulher.

Aos meus avós, Enivalda e Corcino que são minha base e meu maior apoio, quero dizer que essa conquista é tão nossa quanto minha. Vocês são o amor que me sustenta todos os dias.

À minha mãe, Núbia, que mesmo de longe sempre me enviou suas energias positivas e me manteve motivada. Também à minha tia Suzane, minha grande inspiração, que esteve ao meu lado desde antes da UNB e sempre me apoiou.

Ao meu namorado Eduardo, que foi meu alicerce durante todo esse processo. Sua paciência, apoio e amor me ajudaram a seguir em frente e conquistar esse objetivo. Obrigada por ser meu parceiro, de verdade.

À banca examinadora, Greyciane e Gabriela, que aceitaram avaliar meu trabalho com tanto carinho. Foi uma honra compartilhar minha pesquisa com vocês, mulheres tão fortes e inspiradoras.

Às pessoas que me ajudaram, direta ou indiretamente, durante essa jornada. A todas as minhas companheiras do projeto de extensão *Comunica Mulher*, vocês fizeram parte dessa pesquisa. Um agradecimento especial à Marmenha e à Poliana, pela ajuda constante e pelo carinho.

E, por último, mas de forma nenhuma menos importante, agradeço à minha rede de amigos, que foi fundamental para que eu chegasse até aqui. Cada um de vocês tem um papel essencial na minha trajetória. Sou eternamente grata por ter vocês ao meu lado: Érica, Letícia, Rayla, Socorro, Nathalia, Phelipe, Lorena, Tereza, Samantha, Katielle, Anna, e todos os outros amigos que se fazem presentes nas minhas lembranças.

RESUMO

Esta pesquisa analisa o papel das bibliotecas públicas de Brasília na prevenção e combate à violência contra as mulheres, investigando as contribuições dessas instituições por meio de ações educativas, culturais e de apoio comunitário. Partindo do problema de como as bibliotecas podem atuar nesse contexto, o estudo examina as iniciativas educativas que promovem a conscientização sobre a violência de gênero, avalia o impacto das atividades culturais no empoderamento feminino e na sensibilização sobre questões de gênero, além de identificar estratégias que asseguram espaços acolhedores e seguros para mulheres em situação de vulnerabilidade. A pesquisa também mapeia as principais iniciativas e serviços oferecidos por essas bibliotecas, como eventos educativos, palestras, exposições e parcerias com organizações externas, que buscam fortalecer o entendimento sobre a violência de gênero e empoderar as mulheres. Além disso, são discutidos os desafios enfrentados pelas bibliotecas, como a falta de recursos financeiros e humanos, e como as parcerias com ONGs e profissionais voluntários têm sido essenciais para superar essas limitações. Como resultado, a pesquisa conclui que as bibliotecas públicas de Brasília têm um papel significativo no enfrentamento da violência contra as mulheres, atuando como centros de apoio e transformação social, e aponta a importância de se investir mais em recursos para ampliar essas ações. A pesquisa também propõe uma reflexão sobre o potencial das bibliotecas como espaços de acolhimento e transformação, e como elas podem ser modelos para outras unidades públicas que buscam combater a violência de gênero e promover a igualdade.

Palavras-chave: Bibliotecas públicas; violência contra as mulheres; serviços de informação; violência de gênero.

ABSTRACT

This research examines the role of public libraries in Brasília in preventing and combating violence against women, investigating the contributions of these institutions through educational, cultural and community support activities. Starting from the question of how libraries can act in this context, the study examines educational initiatives that promote awareness about gender-based violence, assesses the impact of cultural activities on female empowerment and raising awareness about gender issues, and identifies strategies that ensure welcoming and safe spaces for women in vulnerable situations. The research also maps the main initiatives and services offered by these libraries, such as educational events, lectures, exhibitions and partnerships with external organizations, which seek to strengthen understanding about gender-based violence and empower women. In addition, the study discusses the challenges faced by libraries, such as the lack of financial and human resources, and how partnerships with NGOs and volunteer professionals have been essential to overcome these limitations. As a result, the research concludes that public libraries in Brasília play a significant role in combating violence against women, acting as centers of support and social transformation, and highlights the importance of investing more in resources to expand these actions. The research also proposes a reflection on the potential of libraries as spaces of welcome and transformation, and how they can be models for other public institutions that seek to combat gender violence and promote equality.

Keywords: Public libraries; violence against women; information services; gender violence.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Procedimentos metodológico.....	56
---	----

LISTA DE SIGLAS

ALA	American Library Association
CRM.....	Centro de Referência da Mulher
IFLA.....	International Federation of Library Associations and Institutions
ODS.....	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização não governamental
ONU.....	Organização das Nações Unidas
PSIU.....	Projeto de Serviços e Informações Utilitárias
RNBC.....	Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias
SIC.....	Serviço de Informação à Comunidade
SNBP.....	Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
SRI.....	Serviço de Referência e Informação
TIC.....	Tecnologia da Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Objetivos	11
1.2 Justificativa	12
2 REVISÃO DE LITERATURA	13
2.1 BIBLIOTECAS PÚBLICAS E SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO	14
2.1.1 Bibliotecas Públicas: conceito, funções e responsabilidade social.....	15
2.1.2 Serviços de informação nas bibliotecas públicas.....	26
2.2 INFORMAÇÃO PARA O COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES.....	35
2.2.1 Violência contra as mulheres: conceito e tipologias	36
2.2.2 O papel da informação no combate à violência contra as mulheres.....	45
3 METODOLOGIA	54
4 RESULTADOS	57
4.1 Caso 1: Biblioteca Pública de Ceilândia Carlos Drummond de Andrade.....	58
4.1.1 Aspectos discutidos na entrevista.....	60
4.2 Caso 2: Biblioteca Nacional de Brasília.....	68
4.2.1 Aspectos discutidos na entrevista.....	70
4.3 Panorama das experiências na Biblioteca Pública de Ceilândia e Biblioteca Nacional de Brasília.....	77
5. CONCLUSÃO	80
REFERÊNCIAS	83
APÊNDICE A	93

1. Introdução

As bibliotecas públicas desempenham, há tempos, um papel fundamental na promoção do acesso à informação, na cultura e na educação, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e social. Dentro do contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 5, que visa à igualdade de gênero e ao empoderamento feminino, essas instituições vão além de seus papéis tradicionais de promover leitura e cultura. Elas se consolidam como centros de apoio e orientação, disponibilizando informações sobre os direitos das mulheres e criando espaços seguros para encontros e apoio emocional, psicológico e jurídico. Como destacado por Bernardino, Sampaio e Santos (2022), as bibliotecas públicas possuem um papel crucial no combate à violência de gênero, oferecendo serviços de capacitação, apoio a redes de proteção e proporcionando acesso à informação e tecnologias que auxiliam no empoderamento das mulheres, contribuindo assim para a implementação do ODS 5 e para a promoção da igualdade de gênero (BERNARDINO; SAMPAIO; SANTOS, 2022).

A violência contra mulheres é uma questão que desafia as sociedades em diversas frentes e exige ações em vários níveis. As bibliotecas públicas, enquanto espaços de informação e acolhimento, têm o potencial de sensibilizar a comunidade e de oferecer suporte para mulheres em situação de vulnerabilidade. Iniciativas realizadas em centros de referência, como o Centro de Referência da Mulher (CRM) em Campinas, demonstram a importância do acesso à informação adequada e direcionada para mulheres em situação de violência. O Centro de Referência e Apoio à Mulher (Ceamo) oferece serviços como atendimento psicológico, social e jurídico, além de orientações e encaminhamentos, garantindo que as mulheres recebam o apoio necessário para superar a violência. Disponíveis de forma presencial, online e por telefone, esses serviços são essenciais para fortalecer as mulheres, proporcionando informações cruciais sobre seus direitos e opções de apoio. Essas iniciativas exemplificam como o acesso à informação direcionada pode ser um incentivador

importante para a transformação das situações de violência, empoderando as mulheres e oferecendo a elas os recursos necessários para buscar mudança.

As bibliotecas podem, portanto, desempenhar um papel relevante na criação de ambientes de acolhimento, nos quais as mulheres se sintam protegidas e apoiadas. Programas educativos e culturais voltados à comunidade, como as palestras promovidas pela Biblioteca Nacional de Brasília, desempenham um papel essencial na sensibilização sobre questões de gênero e direitos das mulheres. Ao abordar temas como o feminicídio e as formas de violência contra as mulheres, essas iniciativas ajudam a fortalecer a rede de apoio, oferecendo à população informações cruciais sobre os direitos das mulheres, as formas de prevenção à violência e as redes de apoio disponíveis. Esse tipo de ação educacional é fundamental para combater a violência de gênero e empoderar as mulheres, promovendo uma mudança social significativa (AGÊNCIA BRASÍLIA, 2023).

Neste contexto, esta pesquisa propõe investigar a seguinte questão: **de que maneira as bibliotecas públicas de Brasília têm contribuído para a prevenção e no combate à violência contra as mulheres, por meio de ações educativas, culturais e de apoio comunitário?**

1.1. Objetivos

A pesquisa propõe atender ao objetivo geral e aos objetivos específicos apontados a seguir:

Objetivo geral:

Analisar a contribuição das bibliotecas públicas de Brasília na prevenção e no combate à violência contra as mulheres, investigando as ações educativas, culturais e de apoio comunitário desenvolvidas por essas instituições.

Objetivos específicos:

1. Mapear as iniciativas educativas e os serviços de informação oferecidos pelas bibliotecas públicas de Brasília voltados para a conscientização

sobre violência contra as mulheres e o apoio a mulheres em situações de vulnerabilidade.

2. Descrever as principais iniciativas e serviços ofertados pelas bibliotecas públicas de Brasília, analisando as atividades realizadas, as necessidades atendidas e o planejamento de sua execução.
3. Discutir os desafios enfrentados pelas bibliotecas públicas de Brasília, na implementação de ações educativas e na oferta de serviços de apoio a mulheres em situação de vulnerabilidade.

1.2. Justificativa

A escolha do tema desta pesquisa se fundamenta na crescente necessidade de espaços que ofereçam apoio e acolhimento a mulheres em situação de vulnerabilidade, além de promover a conscientização sobre a violência de gênero. As bibliotecas públicas, em especial, podem desempenhar um papel crucial neste contexto, ao expandir suas atividades para além da disseminação de conhecimento e se tornarem centros de transformação social. De acordo com Bernardino, Sampaio e Santos (2022), as bibliotecas, ao alinhar suas ações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, principalmente o ODS 5, que busca a igualdade de gênero e o empoderamento feminino, contribuem de maneira ativa para a prevenção e combate à violência contra mulheres, consolidando-se como ambientes de proteção e suporte.

Conforme Côrtes, Luciano e Dias (2012) destacam, serviços de informação especializados, oferecidos em espaços de fácil acesso como as bibliotecas públicas, tornam-se ferramentas valiosas para apoiar as mulheres e suas comunidades. Por meio de campanhas educativas, eventos e serviços de orientação, as bibliotecas podem não apenas conscientizar sobre a importância do enfrentamento à violência de gênero, mas também capacitar as mulheres a buscarem informações sobre seus direitos e os serviços de apoio disponíveis. Esses serviços tornam a biblioteca um ponto de referência na comunidade, facilitando o acesso a recursos seguros e informativos.

A criação de ambientes acolhedores e seguros nas bibliotecas é, portanto, fundamental para o fortalecimento da rede de apoio às mulheres. Segundo Medeiros (2016), o acesso a informações adequadas sobre direitos e mecanismos de suporte é essencial para a autonomia das mulheres, pois as empodera a tomar decisões seguras e informadas diante de situações de risco. Dessa forma, a biblioteca ultrapassa seu papel tradicional e assume uma função social, ajudando a transformar as realidades das pessoas que acessam seus serviços, especialmente as mulheres.

Além disso, iniciativas como o projeto de extensão Comunica Mulher, no qual participo, demonstra a relevância de ações que unem a biblioteconomia e o compromisso social. Criado em 2020, o projeto visa oferecer informação utilitária sobre a violência doméstica e estratégias de enfrentamento, utilizando as redes sociais e parcerias comunitárias para ampliar o acesso a esses conteúdos. A experiência adquirida no projeto evidencia como a disseminação de informação pode ser um fator determinante na prevenção da violência e no fortalecimento da autonomia das mulheres. A atuação em espaços como bibliotecas públicas pode potencializar ainda mais essas ações, transformando-as em centros de apoio e orientação para a comunidade.

Como mulher e futura bibliotecária, entendo o papel essencial das bibliotecas como agentes de mudança nas comunidades. Vejo a importância de oferecer não apenas acesso a um acervo, mas serviços que verdadeiramente impactem a vida das pessoas, especialmente as mulheres que enfrentam situações de violência. Meu interesse pelo tema se baseia no desejo de contribuir para que as bibliotecas sejam espaços que promovam a inclusão, a igualdade e o acolhimento, criando um ambiente onde as mulheres possam se sentir seguras e apoiadas. Essa visão reforça minha motivação para explorar como as bibliotecas públicas de Brasília podem desempenhar um papel relevante na prevenção e no combate à violência contra as mulheres, por meio de ações educativas, culturais e de apoio comunitário.

2. Revisão de literatura

Este capítulo é dedicado à construção do referencial teórico, oferecendo uma base teórica para compreender os aspectos fundamentais do tema em estudo. A revisão foi organizada em dois grandes módulos, que abordam as bibliotecas públicas e sua atuação como agentes de transformação social, com especial atenção à mediação de informações voltadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres.

O primeiro módulo, Bibliotecas Públicas e Serviços de Informação, discute os princípios que norteiam a existência e atuação das bibliotecas públicas. Inicialmente, são apresentados os conceitos, funções e a responsabilidade social dessas instituições, com destaque para seu papel na promoção do acesso universal à informação. Na sequência, analisa-se os serviços de informação disponibilizados por essas bibliotecas, com foco na organização e adequação às demandas de suas comunidades.

O segundo módulo, Informação para o Combate à Violência Contra as Mulheres, aborda um dos problemas sociais mais alarmantes da atualidade: a violência contra as mulheres. Primeiramente, são discutidos os conceitos e as diferentes formas de manifestação desse tipo de violência, além de seus impactos na sociedade. Em seguida, examina-se o papel das bibliotecas públicas como ferramentas estratégicas para disseminar informações que contribuam para o enfrentamento desse problema, reforçando sua relevância na defesa dos direitos humanos e na construção de uma sociedade mais igualitária.

Com essa estrutura, busca-se oferecer uma análise abrangente e fundamentada, destacando as bibliotecas públicas como elementos-chave no enfrentamento das desigualdades sociais por meio da informação.

2.1 BIBLIOTECAS PÚBLICAS E SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO

As Bibliotecas públicas são organizações cruciais para facilitar o acesso à informação, leitura e conhecimento. Portanto, este tópico de revisão de literatura será dividido em dois subtópicos. O primeiro, “Bibliotecas públicas: conceitos, funções e responsabilidade social”, introduzirá as definições, objetivos

e o papel social desempenhado por essas organizações, com ênfase em seu papel como agentes de transformação social e democratização da cultura. Já o segundo, “Serviços de informação nas bibliotecas públicas”, fornecerá uma discussão sobre os serviços de informação fornecidos por bibliotecas públicas com o objetivo de atender às necessidades informacionais das comunidades para aprimorar as atividades educacionais e culturais dessas comunidades.

2.1.1 Bibliotecas Públicas: conceito, funções e responsabilidade social

As bibliotecas públicas podem ser definidas como instituições sociais e culturais que preservam a memória e o conhecimento, tornando-os acessíveis a todos os membros de uma comunidade. Como destaca Correia (2015), essas instituições funcionam como locais de proximidade, que disponibilizam recursos essenciais para o exercício da cidadania e a promoção da liberdade intelectual. Além disso, Brettas (2010) ressalta que a biblioteca pública atua como um espaço fundamental para a preservação da herança cultural, organizando e acumulando registros da memória coletiva de uma sociedade, o que contribui para fortalecer as identidades locais.

Segundo o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, uma biblioteca pública é definida como "a que é posta à disposição da coletividade de uma região, município ou estado, e que é financiada principalmente por doações governamentais" (Cunha e Cavalcanti, 2008, p. 52). Tal definição enfatiza a missão das bibliotecas como instituições abertas a todos, com o objetivo de democratizar o acesso à informação e fortalecer a cidadania.

O Manifesto da IFLA/UNESCO (2022) sobre Bibliotecas Públicas também reitera que as bibliotecas públicas devem se estabelecer como espaços que promovam a inclusão e a diversidade, além de oferecer serviços que atendam às necessidades informacionais da população. Esse documento confirma a importância dessas instituições para a formação de cidadãos bem-informados, capazes de exercer seus direitos e de participar de forma ativa na sociedade.

Os serviços da biblioteca pública são prestados com base na igualdade de acesso para todos, independentemente de idade, etnia, sexo, religião, nacionalidade, idioma, condição social e qualquer outra característica. Serviços e materiais específicos devem ser fornecidos para aqueles usuários que não podem, por qualquer motivo, usar os serviços e materiais regulares, por exemplo, minorias linguísticas, pessoas com deficiência, com baixa proficiência em habilidades digitais ou de informática, com baixa escolaridade, pessoas hospitalizadas ou privadas de liberdade. (IFLA/UNESCO, 2022, p.2).

Historicamente, o conceito de biblioteca pública acessível a todos se consolidou após a Revolução Francesa, momento que marcou a abertura de bibliotecas e arquivos ao público, anteriormente restritos às elites. Esse movimento contribuiu para a democratização do conhecimento e tornou-se uma referência para o desenvolvimento de políticas de acesso à informação, essenciais para a construção de uma sociedade mais igualitária (Brettas, 2010).

No século XIX, com o advento da Revolução Industrial e da urbanização, as bibliotecas públicas passaram a assumir um papel mais relevante, respondendo às novas demandas sociais e econômicas como centros de educação permanente. Nesse período, elas se estruturaram como instituições que ofereciam não apenas recursos informacionais, mas apoio ao desenvolvimento de habilidades e ao fortalecimento da consciência social (Brettas, 2010).

Para Correia (2015), as bibliotecas públicas, além de seus acervos, cumprem a função de fortalecer o desenvolvimento social equitativo e a cidadania ativa, tornando-se espaços de apoio informacional e de educação comunitária que vão além da guarda de documentos. Dessa forma, as bibliotecas públicas assumem uma função social ampliada, atuando como agentes de transformação e inclusão social, o que é particularmente relevante em contextos de vulnerabilidade, como no combate à violência contra as mulheres.

As missões essenciais das bibliotecas públicas, em conformidade com o estabelecido pelo Manifesto da IFLA/UNESCO (2022), embora focadas nas orientações na promoção da leitura e educação, também sustentam a missão de

apoiar o desenvolvimento da cidadania e da justiça social. De acordo com o Manifesto da IFLA/UNESCO (2022, p.2) as missões são:

- Fornecer acesso a uma ampla gama de informações e ideias sem censura, apoiando a educação formal e informal em todos os níveis e fomentar o aprendizado ao longo da vida ao permitir a busca contínua, voluntária e autônoma de conhecimento, para as pessoas em todas as etapas da vida;
- Proporcionar oportunidades em prol do desenvolvimento criativo individual e estimular a imaginação, criatividade, curiosidade e empatia;
- Criar e fortalecer os hábitos de leitura nas crianças, desde o nascimento até a idade adulta;
- Promover, apoiar e participar de atividades e programas de alfabetização para desenvolver habilidades de leitura e escrita, viabilizar o desenvolvimento das habilidades para leitura midiática e alfabetização digital para todas as pessoas em todas as idades, no intuito de promover uma sociedade informada e democrática;
- Fornecer serviços às suas comunidades de maneira presencial e remota por meio de tecnologias digitais que permitem acesso a informações, coleções e programas sempre que possível;
- Garantir acesso para todas as pessoas ao conhecimento comunitário e oportunidades para a organização comunitária, em reconhecimento ao papel central da biblioteca no tecido social;
- Promover o acesso das comunidades ao conhecimento científico, como resultados de pesquisas e informações de saúde que possam impactar a vida de seus usuários, além de possibilitar a participação no progresso científico;
- Fornecer serviços de informação de qualidade às empresas, às associações e aos grupos de interesse locais;
- Preservar e promover acesso a dados, conhecimentos e tradições locais e indígenas incluindo a tradição oral, proporcionando um ambiente no qual a comunidade possa ter um papel ativo na identificação de materiais a serem coletados, preservados e compartilhados de acordo com os desejos da comunidade;
- Fomentar o diálogo intercultural e favorecer a diversidade cultural;
- Promover a preservação e o acesso a expressões culturais e tradições, à apreciação das artes, ao acesso aberto a conhecimento científico, pesquisas e inovações expostas na mídia tradicional ou em materiais digitais ou que venham ser digitalizados.

Essas missões evidenciam o papel fundamental das bibliotecas públicas não apenas como guardiãs do conhecimento, mas também como centros de apoio social e informacional, essenciais para a promoção de uma cidadania ativa e informada e para o fortalecimento das comunidades.

Como observa Milanesi (1986), as bibliotecas são mais do que repositórios de livros; são centros dinâmicos de serviços de informação, que organizam e oferecem conteúdo para que os usuários possam exercer uma cidadania plena e informada. Dessa forma, para facilitar o acesso a informações

críticas para a prevenção e o combate à violência, já que as bibliotecas podem atuar como pontos de apoio para mulheres em situação de vulnerabilidade, oferecendo não apenas acesso a recursos, mas também orientações e conexões com redes de proteção.

As bibliotecas públicas desempenham um papel fundamental na promoção da cultura, educação e acesso à informação, atuando como agentes de transformação social. Segundo Teixeira (2022), elas são essenciais para o combate à desinformação, visto que têm a responsabilidade de oferecer informações precisas e confiáveis à comunidade, fortalecendo o senso crítico e promovendo a alfabetização informacional. Nesse sentido, o papel cultural das bibliotecas públicas está intrinsecamente ligado à preservação da memória coletiva, à democratização do conhecimento e ao incentivo à diversidade cultural.

No âmbito educativo, as bibliotecas públicas atuam como centros de apoio ao aprendizado ao longo da vida, um princípio destacado no Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas (2022). Conforme o manifesto, as bibliotecas devem “Criar e fortalecer os hábitos de leitura nas crianças, desde o nascimento até a idade adulta;” (IFLA/UNESCO, 2022, p. 3). Essa função educativa torna-se ainda mais relevante em contextos em que o acesso a recursos educacionais é limitado, especialmente para situações em situação de vulnerabilidade.

Além de seu papel cultural e educativo, as bibliotecas públicas exercem uma função essencial como centros informacionais, garantindo o acesso livre à informação. Como aponta Ranganathan (2009) em sua primeira lei da biblioteconomia, “os livros são para usar”, reforçando o papel das bibliotecas como instituições dedicadas a garantir o acesso livre e democrático à informação. Essa lei destaca a importância de eliminar barreiras que possam dificultar o uso dos acervos e serviços, sejam eles físicos, tecnológicos ou culturais. Assim, as bibliotecas se comprometem a promover um ambiente inclusivo, onde o conhecimento seja acessível a todas as pessoas, independentemente de sua origem, idade, nível educacional ou condições

sociais, reafirmando seu papel essencial na construção de uma sociedade mais equitativa e informada.

A biblioteca pública é um espaço essencial para o acesso universal e inclusivo à informação, promovendo a troca de conhecimento e o engajamento comunitário. Como destaca o Manifesto da Biblioteca Pública IFLA UNESCO (2022), “a biblioteca pública é o centro local de informação, tornando acessível aos seus usuários o conhecimento e a informação de todos os gêneros”. Além disso, essas instituições oferecem serviços e materiais adaptados às necessidades de grupos específicos, contribuindo para a equidade social e cultural da comunidade (IFLA UNESCO, 2022). Este papel reforça o compromisso das bibliotecas com a construção de uma sociedade mais igualitária e com o combate às desigualdades sociais. Segundo o Manifesto da IFLA/UNESCO, “a biblioteca pública é o centro local de informação, disponibilizando todo tipo de conhecimento e informação aos seus usuários” (IFLA/UNESCO, 2022, p. 1), desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento comunitário e na formação de cidadãos ativos e informados.

A biblioteca pública desempenha quatro funções essenciais: educativa, cultural, recreativa e informacional. Embora essas funções estejam interligadas, é possível analisá-las separadamente para compreender melhor sua aplicação prática (Arruda, 2000). Dentre elas, a função informacional se destaca por sua relevância no atendimento às demandas específicas da comunidade. Como observa Arruda, “Para se manter como uma instituição relevante à comunidade, a biblioteca percebeu que deveria fornecer a informação de forma cada vez mais confiável, rápida e, principalmente, com qualidade” (ARRUDA, 2000, p.13). Essa função reforça o papel da biblioteca pública como um centro de disseminação de informações, contribuindo para a construção de uma sociedade mais informada e capacitada. Como destaca Arruda (2000):

Durante o desempenho dessa função, os serviços que a biblioteca deveria oferecer ao público em geral, ligam-se à informação que corresponde à necessidade das pessoas que a solicitam, tornando-se, portanto, de vital importância para a comunidade, mesmo que tal solicitação seja uma informação do cotidiano, conhecida como utilitária. (Arruda, 2000, p. 13)

Dessa forma, as bibliotecas públicas devem ir além da oferta de conteúdos acadêmicos e se integrar ativamente às necessidades diárias da população, fornecendo informações úteis que ajudam a resolver problemas cotidianos e promovendo a inclusão social.

Além disso, a capacidade de usar ferramentas digitais e as novas tecnologias de informação é crucial no mundo atual. Como afirma Melo (2002):

Deve-se pensar em capacitar a comunidade e, principalmente, os jovens em várias mídias e linguagens (vídeos, cd's, computadores e internet), promovendo o domínio dessas ferramentas com vistas a ampliar seus conhecimentos. (Melo, 2002, p. 16)

Dessa maneira, as funções da biblioteca pública, conforme propostas pelo Manifesto da IFLA/UNESCO (2022), não apenas orientam suas atividades essenciais, mas também evidenciam sua função social mais ampla. Ao desempenhar papéis educativos, culturais, recreativos e informacionais, a biblioteca reafirma seu compromisso com a democratização do acesso ao conhecimento e a promoção do bem-estar comunitário. Esse compromisso se reflete na forma como suas ações extrapolam a simples disponibilização de acervos e serviços, alcançando dimensões que impactam diretamente o desenvolvimento social.

Nesse sentido, a responsabilidade social das bibliotecas emerge como uma consequência natural de suas funções, expandindo seu papel para além do fornecimento de informação. Mais do que cumprir atribuições institucionais, as bibliotecas públicas assumem um compromisso ativo com a transformação da realidade e a inclusão cidadã. Essa responsabilidade se manifesta na contribuição dessas instituições para a inclusão digital, a promoção da igualdade de acesso à informação e o fomento ao desenvolvimento comunitário. O compromisso das bibliotecas com esses objetivos fortalece sua função como espaços transformadores, responsáveis pela capacitação de cidadãos mais bem-informados e críticos, essenciais para o exercício da cidadania. Assim, ao abraçarem essa missão, as bibliotecas públicas não apenas atendem às demandas informacionais, mas também desempenham um papel fundamental na construção de uma sociedade mais equitativa e participativa.

A responsabilidade social pode ser entendida, de forma genérica, como um “encargo” ou “obrigação”, (Oliveira, 2009). Esse conceito envolve uma consciência profunda dos próprios atos e suas consequências, não apenas para o indivíduo, mas para toda a sociedade. Ao ser associado ao termo “social”, o conceito de responsabilidade assume um significado ainda mais amplo, ressaltando que as ações individuais e organizacionais têm um impacto direto na comunidade. Oliveira (2009) menciona que, nos contextos empresariais e organizacionais, a responsabilidade social evoluiu desde uma abordagem filantrópica até um conceito mais amplo, que abrange o voluntariado, a cidadania corporativa e, por fim, o desenvolvimento sustentável. A evolução histórica desse conceito, apresentada por Melo Neto e Froes (2002), revela que a responsabilidade social começou com ações filantrópicas, mas rapidamente se expandiu para incluir ações de apoio ao desenvolvimento sustentável, refletindo o papel das organizações no bem-estar social.

A responsabilidade social nas bibliotecas públicas deve ser compreendida como um compromisso dessas instituições em promover o bem-estar coletivo por meio do acesso à informação e do apoio à educação e à cultura. Para Oliveira (2009), o campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação é especialmente relevante nesse contexto, pois a informação é um recurso essencial para o exercício da cidadania e a redução das desigualdades sociais. Esse compromisso social das bibliotecas vai além de apenas disponibilizar acervos; ele está condicionado ao dever ético e à missão de promover uma sociedade mais justa e inclusiva.

Em uma perspectiva mais ampla, Melo Neto e Froes (2002) observam que o chamado Terceiro Setor – que inclui instituições sociais, movimentos sociais e ONGs – atua em áreas como cultura, educação e direitos humanos, onde também se inserem como bibliotecas públicas como agentes fundamentais. Essas instituições têm a oportunidade de exercer responsabilidade social ao oferecer espaços de apoio educacional e informativo, além de promover atividades de incentivo à leitura, alfabetização de jovens e adultos, e apoio a

grupos vulneráveis. Dessa forma, as bibliotecas públicas assumem um papel ativo na construção de uma sociedade informada e participativa.

Para os profissionais da informação, o exercício da responsabilidade social significa, também, atuar como mediadores e facilitadores do acesso à informação. Freire (2002) destaca que esses profissionais devem utilizar as tecnologias e os recursos informacionais de modo a facilitar o acesso ao conhecimento e promover o aprendizado contínuo. Essa missão de “mediadores” exige uma abordagem que vá além da informação fornecida, englobando também a formação do indivíduo para que ele possa se apropriar da informação e aplicá-la em sua vida cotidiana e em suas decisões.

A responsabilidade social das bibliotecas públicas implica um compromisso ético em atender às necessidades informacionais da comunidade, promovendo o desenvolvimento cultural e social de todos os cidadãos. Esse compromisso inclui a oferta de programas educacionais, a realização de eventos culturais e a disponibilização de materiais informativos que incentivam a formação crítica e o desenvolvimento pessoal. Segundo Cunha (2003), os profissionais das bibliotecas, ao facilitar o acesso à informação e estimular o aprendizado, cumprem sua missão como agentes de transformação social, promovendo um ambiente que favorece o exercício da cidadania e da inclusão.

As bibliotecas públicas, assim, tornam-se espaços que transcendem as suas funções tradicionais e assumem uma postura ativa de responsabilidade social. A aplicação desse conceito nas bibliotecas se amplia, pois inclui não apenas o acesso à informação, mas a criação de programas que envolvam animação cultural, incentivo à leitura, e até mesmo o suporte a questões de direitos humanos, como o combate à violência e a promoção da igualdade de gênero. De acordo com Castro e Ribeiro (1997), para que as bibliotecas atendam plenamente às necessidades da sociedade, é essencial que incorporem metodologias de trabalhos comunitários e recursos de alfabetização, tornando-se verdadeiros centros de apoio comunitário.

Dessa forma, a responsabilidade social nas bibliotecas públicas reflete o compromisso dessas instituições com o desenvolvimento sustentável e a

melhoria da qualidade de vida da comunidade. Como observam Garcia et al. (2009), essas ações promovem benefícios não só para a sociedade, mas também para a própria instituição, que vê seu reconhecimento público e sua recompensa fortalecidos. Esse compromisso ético e social é fundamental para que as bibliotecas se consolidem como pontos de apoio comunitário, contribuindo para o bem-estar coletivo e para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e equitativa.

As bibliotecas públicas, ao se posicionarem como agentes ativos na educação, cultura e informação, desempenham um papel fundamental no desenvolvimento da sociedade. Além de fornecer acesso a materiais informativos, elas também estão envolvidas em processos que garantem que a informação chegue de maneira eficaz aos usuários. Esse papel de facilitar o acesso à informação e garantir que ela seja compreendida e utilizada adequadamente abre caminho para a discussão sobre a mediação da informação, um processo essencial para maximizar o impacto do conhecimento e apoiar a formação de cidadãos mais informados e críticos.

A mediação da informação é um processo central no campo das bibliotecas públicas, principalmente quando se considera a crescente demanda por acesso à informação em diversos formatos e para diferentes públicos. Segundo Quadros (2001, apud Fachin, 2013, p. 11), a mediação é fundamental para o encontro entre geradores e receptores da informação, facilitando o acesso e garantindo que o usuário encontre o conteúdo que melhor atenda às suas necessidades. A mediação, portanto, não é apenas uma questão de tornar a informação disponível, mas de orientar o usuário para que ele acesse a informação de forma eficiente e relevante. A tecnologia, principalmente a internet, tornou a mediação ainda mais complexa e dinâmica, visto que ela permite uma personalização do serviço informacional, como destacado por Almeida Júnior (2009, p. 92), a mediação da informação é definida como "toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional". Para ele, a mediação não se limita apenas à articulação das fontes de informação com as necessidades dos indivíduos, mas

envolve também a ação consciente ou inconsciente do mediador, visando facilitar o acesso à informação que seja relevante e útil para o público, seja em nível individual ou coletivo.

O papel do mediador é, em muitos casos, decisivo para que o usuário não se perca em meio à vasta quantidade de informações disponíveis na web. Como afirma Vaz (2008, apud Fachin, 2013 p. 35-36),

As ações do mediador apropriadas a este meio incluiriam a criação de facilidades e espaços para que os indivíduos possam se expressar e se reunir. Incluiriam ainda a capacidade de conter múltiplas informações e distribuí-las rapidamente segundo cada indivíduo. Como diferença em relação à atividade do mediador associado aos meios de comunicação de massa, o novo mediador não precisa e não pode selecionar as informações a entrarem no espaço público da rede. Ao contrário, deve conter muitas informações para poder atender à diversidade de demandas individuais. O atendimento à demanda, porém, deve ser rápido, evitando a desistência individual devido à extensão da viagem necessária, o que idealmente requer uma capacidade de personalização pelo registro e processamento dos hábitos dos usuários que passeiam por seu site.

Dessa forma, o mediador deve atuar não apenas como um simples facilitador do acesso, mas também como um agente que organiza e distribui informações de maneira eficiente, visando reduzir a sobrecarga informacional do usuário. Essa necessidade de personalização na mediação tem sido cada vez mais enfatizada, com o objetivo de criar uma experiência de acesso à informação mais fluida e satisfatória.

As bibliotecas públicas desempenham um papel essencial nesse processo de mediação, já que além de fornecerem acesso à informação, elas também ajudam a desenvolver habilidades de mediação entre os usuários e os conteúdos, adaptando-se às diversas necessidades informacionais de suas comunidades. Nesse contexto, o mediador da informação assume uma função que vai além de simplesmente disponibilizar recursos informacionais. Ele deve ser capaz de interpretar as demandas do público, selecionar informações pertinentes e, muitas vezes, criar conteúdos que facilitem o acesso do usuário à informação desejada (Almeida, 2008, apud Fachin, 2013 p. 37).

A mediação também envolve a capacitação do público, uma vez que, para um acesso mais eficaz à informação, é necessário que os usuários

compreendam como utilizar as ferramentas e os recursos disponíveis. Isso pode envolver desde a orientação básica sobre como realizar pesquisas em bases de dados até a introdução de tecnologias mais avançadas que permitam ao usuário acessar conteúdos especializados. Em palavras de Almeida Júnior (2009, apud Fachin 2013, p. 34), a mediação "se dá em vários âmbitos: do usuário, do profissional da informação, do suporte informacional, do produtor da informação". Isso evidencia a complexidade da tarefa do mediador, que precisa compreender os diferentes contextos e as necessidades informacionais dos usuários, adaptando a abordagem conforme a situação.

Com a emergência de novas tecnologias, a mediação da informação passou a ter também um caráter mais dinâmico e interativo. O mediador não se limita a fornecer a informação, mas interage ativamente com o usuário, orientando-o de maneira contínua ao longo de sua jornada informacional. Para Vaz (2008, apud Fachin, 2013, p. 36), o valor da mediação na web reside em sua capacidade de "[...] reside primariamente na distribuição de informações, oferecendo muitas e facilitando a rápida apropriação individual", o que reflete a necessidade de um mediador que seja ágil e eficiente na distribuição da informação. Em um cenário em que a informação está em constante mutação, a mediação se torna um processo essencial para garantir que o usuário tenha acesso ao que é relevante e confiável, dentro de um volume crescente de dados.

Por fim, o papel do mediador da informação se reflete na maneira como ele consegue conectar as necessidades informacionais do público com as fontes adequadas. A bibliotecária ou o bibliotecário, como mediador, deve ser capaz de criar soluções que atendam às diversas exigências de seus usuários, desde uma simples consulta a uma pesquisa mais aprofundada, garantindo a credibilidade e a relevância das fontes. A mediação da informação, assim, é um processo dinâmico e ajustável, que não se limita ao simples acesso à informação, mas também contribui para a formação de leitores críticos e informados. Conforme Almeida (2008, apud Fachin, 2013 p. 35),

a mediação envolve bem mais que o simples acesso à informação [...] abarcam desde as velhas concepções de "atendimento ao usuário", passando pela atividade de um agente cultural [...] até a construção de produtos destinados a introduzir o público [...] chegando à elaboração de políticas de capacitação ou de acesso às tecnologias de informação e comunicação etc. atividade de um agente cultural até a elaboração de

políticas de capacitação ou de acesso às tecnologias de informação e comunicação.

Por fim, a mediação da informação nas bibliotecas públicas vai além de simplesmente garantir o acesso aos dados, desempenhando um papel essencial na organização, distribuição e interpretação das informações, adaptando-se às necessidades de cada usuário. Essa abordagem não só facilita o acesso, mas também promove a formação de uma sociedade mais crítica e informada, alinhada às exigências de um mundo em constante transformação.

2.1.2 Serviços de informação nas bibliotecas públicas

As bibliotecas públicas, como destacado no Manifesto da IFLA/UNESCO (2022), possuem um papel central na promoção da inclusão social e no desenvolvimento cultural e educacional. Esses espaços não são meramente depósitos de conhecimento, mas centros ativos de disseminação da informação e democratização do acesso ao saber. Segundo Cunha e Cavalcanti (2008), elas atuam como ferramentas indispensáveis para a formação cidadã, oferecendo recursos que atendem às necessidades educacionais, culturais e de lazer da comunidade.

Os serviços de informação oferecidos pelas bibliotecas públicas são fundamentais para promover o acesso à informação e contribuir para a geração de conhecimento. Como afirmam Bernardino e Suaiden (2011, p. 3), “o papel social da biblioteca pública está no acesso e disponibilidade à informação”, refletindo o compromisso dessas instituições em atender às necessidades informacionais dos usuários e fomentar o desenvolvimento cultural e educacional por meio da leitura. Conforme Pinheiro (2019), esses serviços abarcam o “processo de identificar as necessidades de informação de um usuário, facultar-lhe o acesso aos recursos e fornecer-lhe apoio apropriado para a satisfação dessas necessidades” (SOARES apud FERREIRA, 2004, p. 2). Essa definição reflete a essência dos serviços de informação como mediadores entre os recursos disponíveis e as demandas da sociedade.

Dentre todos os tipos de bibliotecas, é a única que possui realmente características de uma instituição social, tanto pela amplitude de seu campo de ação quanto pela diversificação de seus usuários. (SUAIDEN, 1995, p. 20 apud BERNARDINO; SUAIDEN, 2011, p. 38).

Além de cumprir funções tradicionais, como empréstimo de livros, às bibliotecas públicas têm diversificado seus serviços. Isso inclui orientação ao usuário, acesso a bancos de dados, realização de eventos culturais e programas de incentivo à leitura, como clubes de leitura e oficinas. Silva (2018) reforça que as bibliotecas públicas são também espaços de inclusão digital, proporcionando acesso à internet e capacitação tecnológica, especialmente para populações vulneráveis.

As bibliotecas públicas desempenham um papel fundamental na sociedade ao oferecerem serviços de informação que vão além do simples armazenamento de materiais. A sua função central é promover o acesso à informação, transformando-se em instrumentos de desenvolvimento social, cultural e educacional. Segundo Pinheiro (2019), os serviços de informação em bibliotecas públicas devem ser compreendidos como um meio de operacionalizar o direito à informação, assegurando que todos os cidadãos possam acessar o conhecimento de maneira democrática.

Para Cunha e Cavalcanti (2008), a biblioteca pública não é apenas um repositório de livros e materiais informacionais; ela é, essencialmente, um espaço de serviços que busca atender às necessidades de seus usuários, seja no âmbito educacional, social ou cultural. Esses autores ressaltam que as bibliotecas públicas devem evoluir constantemente, acompanhando as mudanças sociais e as novas demandas informacionais da sociedade. Nesse sentido, os serviços de informação não se limitam a disponibilizar recursos, mas envolvem também a mediação da informação, o auxílio na compreensão e o incentivo à utilização efetiva dos recursos informativos.

Fornecer recursos e serviços em diversos suportes de modo a ir ao encontro das necessidades individuais ou coletivas, no domínio da educação, informação e desenvolvimento pessoal e também de recreação e lazer. Desempenha um papel importante no desenvolvimento e manutenção de uma sociedade democrática, ao dar aos indivíduos acesso a um vasto campo de conhecimento, ideias e opiniões (IFLA, 2013, p. 13).

As bibliotecas públicas têm uma missão que abrange o fornecimento de Serviços de Informação ao Cidadão (CISs), projetados para conectar indivíduos com as informações necessárias para exercer sua cidadania. Rosa (2013) afirma que “a informação é um elemento-chave para que um indivíduo se torne um cidadão e seja reconhecido como pertencente a uma sociedade”. Assim, os CISs vão além do mero fornecimento de documentos; eles servem como um canal entre usuários e informações essenciais, incluindo direitos legais, serviços públicos e oportunidades de emprego. Essa estratégia aprimora o papel da biblioteca pública como participante proativa na promoção da inclusão social e no fortalecimento da cidadania.

Ao exercer seu papel social e informativo, a biblioteca pública brasileira contribui de forma eficaz para minimizar um dos mais sérios problemas da sociedade atual, ou seja, a desigualdade entre os que têm acesso à informação e os que são desprovidos dela. (ZAKER, 2000, p.7)

O Serviço de Referência e Informação (SRI) formalizou-se nas bibliotecas ao longo do século XIX, com marcos importantes em sua consolidação. Segundo Almeida Júnior (2013), em 1876, Samuel Sweet Green apresentou, durante a primeira conferência da American Library Association (ALA), uma proposta para a criação de um serviço especializado em atender usuários, embora o termo "Serviço de Referência" ainda não fosse utilizado. Posteriormente, em 1883, a primeira posição de bibliotecário em tempo integral para o SRI foi instituída na Boston Public Library, nos Estados Unidos. O termo "*reference work*" surgiu pela primeira vez em 1891, consolidando o conceito que conhecemos hoje.

O rápido histórico [...] permite determinar o surgimento do Serviço de Referência durante os últimos vinte e cinco anos do século XIX. É necessário que se alerte, no entanto, para o fato de que essas datas representam o momento em que a proposta de um serviço formal e exclusivo de atendimento aos usuários é explicitada; não significa, obviamente, que o serviço proposto foi imediatamente aceito e implantado nos vários tipos de bibliotecas espalhadas pelo mundo (ALMEIDA JÚNIOR, 2013, p. 45).

A implantação do Serviço de Referência e Informação (SRI) no Brasil enfrentou desafios históricos e estruturais significativos. De acordo com Santa Anna (2021), a escassez de recursos humanos, evidenciada pelo número insuficiente de profissionais para compor as equipes de referência, e a falta de integração entre as equipes e os setores das instituições foram obstáculos

recorrentes na implementação eficaz desses serviços. Esses fatores dificultaram a consolidação do SRI nas bibliotecas universitárias brasileiras, exigindo esforços contínuos para superar tais barreiras e promover um atendimento de qualidade aos usuários.

Conforme Almeida Júnior (2013), muitas bibliotecas públicas ainda carecem de um SRI formalizado e estruturado, operando com práticas que muitas vezes se limitam a reproduzir atividades de outros contextos sem adaptação às necessidades locais. Essa lacuna, segundo o autor, compromete o atendimento ao usuário, especialmente quando executado por funcionários não qualificados ou deslocados de outras funções.

Na grande maioria das bibliotecas brasileiras, o atendimento ao usuário é realizado e executado por funcionários sem qualificação, competência, formação e preparo nesse segmento específico da biblioteconomia. [...] As bibliotecas públicas, por uma série de motivos que explicam mas não justificam, deixam o atendimento sob a responsabilidade de auxiliares de bibliotecas e, até mesmo, de funcionários em desvio de função (ALMEIDA JÚNIOR, 2013, p. 49).

O Serviço de Referência e Informação (SRI) em bibliotecas públicas é fundamental para estabelecer a conexão entre usuários e suas necessidades informacionais. De acordo com Almeida Júnior (2013), o SRI deve ser entendido como mais do que um simples espaço físico; trata-se de uma interface entre a informação e o usuário, onde o bibliotecário de referência atua como mediador, oferecendo suporte qualificado para atender demandas informacionais variadas. Essa visão amplia o conceito inicial de "atendimento" para uma abordagem relacional e dinâmica, alinhada às transformações sociais e tecnológicas que moldam o papel das bibliotecas.

O Serviço de Referência e Informação deixa de ser um pequeno espaço isolado, caracterizado por uma mesa onde se instalava um bibliotecário e uma estante com obras de referência – como entendido enquanto apenas Serviço de Referência – para se transformar em um 'recorte do todo da biblioteca, com pessoal, arquivo, equipamento, metodologia própria [...]', ou seja, em um setor integrado à biblioteca como um todo, com foco na otimização do uso da informação (ALMEIDA JÚNIOR, 2013, p. 127).

Em um estudo de caso realizado por Silva (2018), foi constatado que o serviço de referência, embora vital, precisa ser constantemente atualizado e respaldado por profissionais capacitados. A autora afirma que, quando realizado

de forma adequada, o serviço de referência contribui para a construção de um cidadão mais informado e capacitado para a tomada de decisões no contexto de uma sociedade democrática.

Os serviços de referência são cruciais para garantir que os usuários das bibliotecas possam encontrar informações de qualidade e relevância. Esses serviços envolvem a assistência no uso de catálogos, a orientação sobre fontes confiáveis e a ajuda na pesquisa de informações em bases de dados e outras fontes. Segundo Silva (2018), as bibliotecas públicas desempenham uma função essencial ao auxiliar seus usuários na navegação por um mar de dados e informações, muitas vezes complexas e dispersas.

Durante muito tempo, a razão de ser da biblioteca pública era o trabalho com a preservação de materiais. O fundamental era guardar, manter e armazenar, deixando a disseminação da informação em segundo plano. (PALLETA et. al., 2015, p. 18)

Com o avanço da tecnologia, as bibliotecas públicas têm se tornado centros de inclusão digital, oferecendo acesso gratuito à internet e promovendo a capacitação tecnológica de seus usuários. A inclusão digital é um dos maiores desafios enfrentados pelas bibliotecas públicas no Brasil, principalmente em áreas mais carentes, onde o acesso a recursos tecnológicos é limitado. De acordo com Palleta et al. (2015), as bibliotecas desempenham um papel fundamental na superação das desigualdades digitais, oferecendo acesso a ferramentas e recursos que podem transformar a vida de seus usuários.

As bibliotecas, ao adotarem Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) em seus serviços, tornam-se agentes facilitadores do aprendizado contínuo e da inclusão digital. Essas tecnologias não apenas ampliam o acesso ao conhecimento, mas também promovem o letramento digital e o desenvolvimento profissional. Conforme Palleta et al. (2015), a oferta de acesso gratuito à internet, cursos de informática e oficinas práticas são medidas essenciais para garantir a equidade no uso das ferramentas digitais, possibilitando a participação ativa de todos os cidadãos na sociedade da informação.

O uso de tecnologias digitais tem transformado a natureza dos serviços oferecidos pelas bibliotecas públicas. A implementação de catálogos online e a disponibilização de e-books e audiolivros são exemplos claros de como as bibliotecas podem utilizar as tecnologias para expandir seu alcance. De acordo com Palleta et al. (2015), a digitalização de acervos e a integração de plataformas virtuais nas bibliotecas públicas permitem que essas instituições atendam a um público mais amplo, superando barreiras físicas e geográficas.

Foram feitas referências à necessidade das bibliotecas prestarem ou criarem um serviço de informação à comunidade, seguindo um pouco o modelo inglês dos *Community Information Service*. (COSTA, 2004, p. 1).

A incorporação das tecnologias digitais nas bibliotecas públicas não apenas amplia o acesso aos seus acervos, mas também inspira a criação de serviços voltados para atender às necessidades específicas das comunidades locais. Nesse sentido, conforme Costa (2004), a ideia de um *Community Information Service* surgiu nos Estados Unidos nos anos 1960, como uma resposta às demandas da sociedade pelo programa “War on Poverty”, e foi adaptada na Inglaterra na década de 1970, quando se percebeu que a mera disponibilização de informações não era suficiente para ajudar os cidadãos a resolverem seus problemas diários. Esse modelo serve como referência para as bibliotecas públicas, integrando tecnologias modernas com o objetivo de conectar comunidades a serviços e informações essenciais, promovendo um papel mais ativo no desenvolvimento local.

A integração de tecnologias digitais e a criação de serviços informacionais comunitários mostram como as bibliotecas públicas evoluem para atender tanto às demandas individuais quanto às coletivas. Esses avanços não apenas facilitam o acesso remoto a recursos digitais, mas também reforçam a responsabilidade social das bibliotecas em atender às necessidades locais de maneira personalizada. Como destaca Costa (2004), adaptar modelos como o *Community Information Service* permite que as bibliotecas se tornem centros de apoio mais inclusivos, promovendo o desenvolvimento social e cultural ao mesmo tempo em que modernizam suas práticas por meio da tecnologia.

Essas transformações representam um avanço significativo na forma como as bibliotecas públicas atendem às necessidades de seus usuários. De acordo com Silva (2018), a disponibilização de plataformas digitais, como o acesso a livros digitais e ferramentas para consultas remotas, permite que os usuários participem de atividades culturais e educacionais sem precisar sair de casa. Esse progresso, traz à tona a importância de garantir a acessibilidade a todos, e garantir também que pessoas em diferentes condições possam usufruir de seus serviços de forma igualitária.

A acessibilidade é um dos principais desafios enfrentados pelas bibliotecas públicas, especialmente quando se trata de garantir que todos os indivíduos, independentemente de suas condições físicas ou socioeconômicas, tenham acesso igualitário aos serviços de informação. Para Pinheiro (2019), as bibliotecas públicas devem adotar medidas que garantam a inclusão de pessoas com deficiência, proporcionando espaços adaptados e materiais acessíveis, como livros em braille, audiolivros e outros recursos que atendam a essas necessidades.

Apesar da importância crescente das bibliotecas públicas na sociedade moderna, elas enfrentam diversos desafios na implementação e manutenção de seus serviços. Um dos principais obstáculos é a falta de recursos financeiros, que muitas vezes limita a capacidade das bibliotecas de investir em novas tecnologias, renovar seus acervos ou contratar profissionais qualificados. Silva (2018) aponta que a escassez de recursos não é o único desafio: a falta de infraestrutura adequada e a escassez de profissionais especializados em serviços de informação também impactam diretamente na qualidade dos serviços oferecidos.

Além disso, a resistência à mudança por parte de alguns profissionais e a falta de apoio institucional em muitas regiões do país são barreiras significativas para o avanço dos serviços de informação nas bibliotecas públicas. De acordo com Suaiden (2000), a resistência interna nas bibliotecas, especialmente por parte de profissionais que não se adaptam rapidamente às inovações tecnológicas e organizacionais, prejudica o progresso dos serviços de informação. A superação desses desafios requer um esforço conjunto entre os

gestores das bibliotecas, os profissionais da área e as esferas governamentais responsáveis pela implementação de políticas públicas para a educação e a cultura.

O bibliotecário é o mediador entre a informação e os usuários, desempenhando um papel crucial para a efetividade dos serviços de informação nas bibliotecas públicas. Suaiden (2000) descreve o bibliotecário como um "agente social de mudança", que deve entender as demandas da comunidade para oferecer soluções informacionais que promovam o desenvolvimento social. A mediação da informação envolve desde a orientação para a utilização de catálogos até o apoio em pesquisas complexas, exigindo um perfil multidisciplinar e adaptável.

Além disso, a evolução tecnológica exige do bibliotecário constante atualização. Silva (2018) enfatiza que a formação continuada é indispensável para que esses profissionais estejam aptos a utilizar ferramentas digitais e gerenciar sistemas informacionais modernos.

Dessa forma, o bibliotecário não é apenas um facilitador de acesso à informação, mas também um educador e um agente de transformação, promovendo o uso crítico e responsável do conhecimento.

As boas práticas em serviços de informação refletem o compromisso das bibliotecas públicas com a inclusão, a inovação e a democratização do acesso ao conhecimento. Exemplos nacionais e internacionais mostram como esses serviços podem ser eficazes ao se alinhar às necessidades locais.

Nos Estados Unidos, o projeto "NYPL Labs", da New York Public Library, é um exemplo de inovação em serviços digitais. Essa iniciativa integra tecnologias emergentes, como inteligência artificial, para disponibilizar acervos históricos e bases de dados ao público em formatos acessíveis. O projeto também promove oficinas para capacitação tecnológica, aproximando a comunidade das ferramentas informacionais modernas.

Na Europa, as bibliotecas públicas de Aarhus, na Dinamarca, ganharam destaque com o projeto "Dokk1". Esse centro cultural combina serviços

tradicionais de biblioteca com espaços para interação comunitária, inclusão digital e atividades culturais. Além de empréstimos de livros, o "Dokk1" promove oficinas de alfabetização digital, programas de leitura para crianças e suporte para imigrantes em integração cultural e educacional.

No Brasil, iniciativas como o "Projeto PSIU" (Projeto de Serviços e Informações Utilitárias) da Biblioteca Pública de Londrina destacam-se como exemplos de impacto comunitário. Implantado em 1994, o PSIU reúne informações de utilidade pública em uma base de dados acessível à população, abrangendo desde informações sobre saúde até serviços municipais. De acordo com Silva (2018), "o PSIU demonstra como bibliotecas públicas podem ser centros de referência para soluções práticas do cotidiano, além de promoverem a cidadania informacional".

Outro caso relevante é o programa da Biblioteca Pública Estadual de Pernambuco, que implementou o Serviço de Informação à Comunidade (SIC). Esse serviço oferece suporte informacional voltado para a solução de problemas do cotidiano, com ênfase em educação, saúde e cidadania (Silva, 2018).

Parcerias entre bibliotecas públicas e outras instituições também têm gerado resultados significativos. A Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias (RNBC), por exemplo, articula bibliotecas em regiões vulneráveis, promovendo acesso a livros e atividades de incentivo à leitura.

Além disso, o programa "Mediação de Leitura", desenvolvido em parceria com o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), incentiva o uso de bibliotecas públicas para promover a leitura como ferramenta de transformação social. Oficinas, clubes de leitura e atividades interativas são utilizadas para aproximar leitores de diferentes idades e contextos sociais.

Diante do papel transformador dos serviços de informação nas bibliotecas públicas, é fundamental que essas instituições se adaptem às necessidades específicas de suas comunidades. Além de promover a inclusão digital e o acesso ao conhecimento, as bibliotecas podem atuar como espaços estratégicos para o enfrentamento de questões sociais urgentes. Nesse contexto, Silva

(2018) e Suaiden (2000) ressaltam que o impacto dos serviços de informação vai além da mediação tradicional, podendo contribuir para a conscientização e o apoio em temas como saúde, educação e justiça social. A justiça social, conforme discutida por Silva et al. (2023), refere-se à busca por uma sociedade mais igualitária, onde os direitos e o acesso ao conhecimento e à informação são garantidos a todos, especialmente aos grupos marginais.

No contexto da biblioteconomia e da ciência da informação, a justiça social está intimamente relacionada à consciência e valorização do conhecimento historicamente silenciado e à promoção de espaços inclusivos no campo da informação. Os autores afirmam: “[...] compreendemos a importância dos profissionais assumirem a responsabilidade profissional para com a justiça social, a equidade na representatividade do acervo, serviços e produtos para comunidades marginalizadas e com os valores democráticos da profissão bibliotecária” (SILVA et al., 2023, p. 41). Este conceito envolve mudanças nas práticas das bibliotecas e nos profissionais da informação para garantir a inclusão, a aquisição cognitiva e a acessibilidade ao conhecimento de diversas origens.

Essa abordagem inclusiva também se reflete em práticas de atuação das bibliotecas públicas em ações externas para a promoção da equidade de gênero e o combate à violência contra as mulheres. Nesse contexto, as bibliotecas desempenham um papel fundamental ao fornecer informações confidenciais, materiais educativos e apoio comunitário. Assim, elas se tornam aliadas importantes no enfrentamento desse grave problema social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, alinhada aos princípios de justiça social e aos valores democráticos da profissão.

2.2 INFORMAÇÃO PARA O COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Este tópico aborda a problemática da violência contra as mulheres, um fenômeno multifacetado e de graves consequências sociais. Inicialmente, será

discutido o conceito de violência de gênero, com foco nas diferentes tipologias que atingem as mulheres, considerando suas particularidades e impactos. Em seguida, o destaque será para o papel crucial da informação no enfrentamento dessa violência, ressaltando como o acesso à informação pode promover conscientização, empoderamento e apoio às vítimas, além de contribuir para a transformação social e a redução das desigualdades de gênero.

2.2.1 Violência contra as mulheres: conceito e tipologias

A violência contra as mulheres é um fenômeno histórico e cultural profundamente enraizado em sociedades patriarcais. Trata-se de uma violação dos direitos humanos que atinge mulheres de todas as idades, classes sociais, etnias e regiões, configurando-se como um problema global e multidimensional. Conforme estabelecido pela Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006), a violência doméstica e familiar contra a mulher pode manifestar-se de diferentes formas tipificadas, incluindo violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral (Art. 7º). Kitamura (2021) reforça que essas formas de violência transcendem barreiras sociais e podem ocorrer em múltiplos contextos, evidenciando a necessidade de enfrentamento amplo e eficaz. A persistência desse quadro reflete desigualdades de gênero estruturais que se manifestam em práticas culturais e sociais que naturalizam e perpetuam a submissão das mulheres.

Artigo 1 Para os efeitos desta Convenção, entender-se-á por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada.

Artigo 2 Entende-se que a violência contra a mulher abrange a violência física, sexual e psicológica: a. ocorrida no âmbito da família ou unidade doméstica ou em qualquer relação interpessoal, quer o agressor compartilhe, tenha compartilhado ou não a sua residência, incluindo-se, entre outras formas, o estupro, maus-tratos e abuso sexual; b. ocorrida na comunidade e cometida por qualquer pessoa, incluindo, entre outras formas, o estupro, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no local de trabalho, bem como em instituições educacionais, serviços de saúde ou qualquer outro local; e c. perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 1994).

Historicamente, as relações entre os gêneros foram marcadas pela subjugação feminina. O patriarcado consolidou um sistema de dominação que reduzia a mulher a uma posição subalterna, frequentemente associada ao espaço privado e às tarefas reprodutivas. Segundo Kitamura (2021), as normas sociais e legais reforçaram essa desigualdade, relegando às mulheres a condição de dependência e de vulnerabilidade a atos de violência. Bourdieu (2011) destaca que a dominação masculina, por meio de estruturas sociais e simbólicas, opera como um "transcendental histórico", reproduzido por meio de práticas que legitimam o controle sobre as mulheres.

Dados recentes revelam a magnitude do problema no Brasil. De acordo com a 10ª edição da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher (DataSenado, 2023), mais de 25,4 milhões de brasileiras já sofreram violência doméstica em algum momento da vida, sendo que 22% relataram episódios nos últimos 12 meses anteriores à pesquisa, realizada entre 21 de agosto e 25 de setembro de 2023. A violência psicológica é a mais recorrente (89%), seguida da moral (77%), física (76%), patrimonial (34%) e sexual (25%). Além disso, aproximadamente 52% das agressões foram praticadas pelo marido ou companheiro.

A violência contra as mulheres é amplamente reconhecida como uma violação dos direitos humanos e um problema de saúde pública global. Segundo a Organização Mundial de Saúde, esse tipo de violência é definido como “qualquer ato de violência baseado no gênero que resulte, ou possa resultar, em danos físicos, sexuais, psicológicos ou sofrimento às mulheres, incluindo ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária de liberdade, seja na vida pública ou privada” (OMS, 2013).

Essa definição abrange múltiplas formas de violência, como a física, sexual e psicológica, frequentemente perpetradas por parceiros íntimos, mas também ocorrendo em contextos comunitários e institucionais. A violência de gênero tem impactos profundos e duradouros, não apenas para as vítimas, mas também para suas famílias e comunidades. Dados da OMS indicam que uma em cada três mulheres no mundo sofre violência física ou sexual ao longo da vida,

com prevalência mais elevada em países de baixa e média renda, onde até 51% das mulheres podem ser afetadas (OMS, 2023).

A violência contra as mulheres também está ligada a desigualdades sistêmicas de gênero. Estudos mostram que as mulheres jovens, especialmente aquelas entre 15 e 24 anos, estão entre as mais vulneráveis, tanto a violência de parceiros quanto a sexual. Essas agressões não só comprometem a saúde física, mas também têm implicações graves na saúde mental, como aumento do risco de depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático e até suicídio (OMS, 2020).

Além disso, a violência contra as mulheres assume diferentes formas dependendo do contexto cultural e social. A Convenção de Belém do Pará, instrumento jurídico crucial na América Latina, enfatiza que essa violência é uma manifestação das históricas relações desiguais de poder entre homens e mulheres, perpetuando a dominação masculina. Ela destaca que tais atos de violência podem ser perpetrados ou tolerados pelo Estado, evidenciando a necessidade de intervenções institucionais (Comissão Interamericana de Direitos Humanos, 1994).

Para responder a esse fenômeno, a OMS e outros organismos, como ONU Mulheres, têm promovido estratégias integradas que incluem intervenções psicossociais para sobreviventes, empoderamento econômico, programas educativos e campanhas de mudança cultural. Essas ações visam combater as raízes do problema: desigualdade de gênero, normas culturais discriminatórias e pobreza estrutural, reconhecendo que a prevenção e o atendimento eficaz dependem de abordagens intersetoriais (OMS, 2019).

A violência contra as mulheres não pode ser analisada como um evento isolado ou um problema individual, mas como uma manifestação estrutural de desigualdades historicamente consolidadas. Kitamura (2021) ressalta que as formas de violência variam em intensidade e abrangência, mas todas estão interligadas por um contexto de dominação masculina e subjugação das

mulheres. O patriarcado, como sistema estruturante das relações sociais, estabelece normas que naturalizam a violência, relegando-a a um "problema privado" e dificultando sua visibilidade e enfrentamento.

Desde a antiguidade, as mulheres foram alocadas em posições de subordinação, limitadas ao espaço doméstico e às funções reprodutivas. Essa construção social é reforçada por ideologias religiosas, legais e culturais que perpetuam uma hierarquia de gênero. Kitamura (2021) argumenta que esse processo de naturalização ocorre tanto pela omissão do Estado em proteger as mulheres quanto por práticas sociais que banalizam os atos de violência. Segundo a autora, o silêncio em torno da violência é parte de um mecanismo de controle que mantém as mulheres em condições de vulnerabilidade.

A definição moderna de violência contra as mulheres, no entanto, expande a compreensão desse fenômeno, incluindo múltiplas formas de violência além da física, como a psicológica, a moral, a patrimonial e a sexual (Lei nº 11.340/2006). A ONU e a OMS reconhecem que a violência de gênero não ocorre apenas em relações íntimas, mas também em espaços públicos e institucionais. Tais definições refletem um avanço na conceitualização do problema, permitindo abordagens mais abrangentes e intersetoriais (OMS, 2020).

Além de suas dimensões físicas e psicológicas, a violência contra as mulheres carrega implicações econômicas, sociais e políticas. Como aponta Kitamura (2021), a dependência econômica é frequentemente utilizada como uma ferramenta de controle por agressores, BB a capacidade das mulheres de romper ciclos de violência. Esse tipo de controle patrimonial inclui retenção de bens, manipulação financeira e limitação de acesso a recursos. A OMS (2020) complementa essa análise ao destacar que a violência gera custos significativos para a sociedade, incluindo perda de produtividade, aumento de despesas de saúde e impacto negativo no desenvolvimento comunitário.

A violência psicológica, muitas vezes invisível, é particularmente devastadora. Kitamura (2021) destaca que as vítimas frequentemente relatam sentimento de impotência, culpa e vergonha, que dificultam a busca por ajuda.

Estudos da OMS corroboram essa perspectiva, apontando que mulheres que sofrem violência têm duas vezes mais chances de desenvolver depressão, ansiedade e outros transtornos mentais.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (1994) enfatiza o papel do Estado como responsável não apenas por punir os agressores, mas também por prevenir a violência e proteger as vítimas. Apesar disso, Kitamura (2021) alerta que muitas vezes o próprio Estado atua como agente de perpetuação da violência, seja por meio da negligência em implementar políticas públicas eficazes, seja pela tolerância institucional a práticas abusivas.

Essa perspectiva é reforçada por dados que mostram a dificuldade de acesso a serviços de apoio, especialmente em áreas rurais ou em comunidades marginalizadas. A OMS e a ONU Mulheres defendem a implementação de estruturas de suporte integradas, incluindo delegacias especializadas, casas de acolhimento e serviços de saúde sensíveis ao gênero (OMS, 2019).

A transformação das normas culturais que legitimam a violência é um dos desafios mais prementes. Kitamura (2021) argumenta que campanhas de conscientização pública desempenham um papel crucial na desconstrução de estereótipos de gênero e na promoção de uma cultura de igualdade. A educação também é apontada como uma ferramenta essencial para prevenir a violência, com foco em práticas pedagógicas que promovam o respeito às diferenças e a autonomia das mulheres.

A OMS (2020) reforça que a prevenção eficaz depende de abordagens que combinem esforços educacionais, econômicos e legislativos. Programas de empoderamento feminino, iniciativas de fortalecimento econômico e mudanças nas legislações são algumas das estratégias recomendadas para abordar as raízes estruturais da violência.

Conforme descrito na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), os tipos de violência contra as mulheres abrangem cinco categorias principais: violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Essas formas de violência são detalhadas no Artigo 7º da legislação, que busca garantir uma compreensão

abrangente das agressões cometidas contra as mulheres, reconhecendo suas diferentes manifestações e impactos. A classificação permite não apenas identificar as violações, mas também oferecer respostas legais e medidas protetivas adequadas.

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal; 17

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. (Art 7º, da Lei nº 11.340/2006)

De acordo com a Lei Maria da Penha (2006), a violência psicológica é caracterizada como qualquer conduta que cause danos emocionais, prejudique o desenvolvimento ou controle ações e decisões da mulher. Tal definição inclui atos como humilhação, manipulação, chantagem e vigilância constante, que degradam a saúde mental e limitam à autodeterminação da vítima. A violência sexual, por sua vez, abrange ações que constrojam a mulher a participar de atividades sexuais contra sua vontade, incluindo coerção para comercializar sua sexualidade ou limitar seus direitos reprodutivos, como no caso de proibição ao uso de métodos contraceptivos ou imposição ao casamento ou gravidez.

A Lei também reconhece a violência patrimonial e moral, formas de abuso que frequentemente passam despercebidas, mas que exercem controle significativo sobre as vítimas. A violência patrimonial envolve atos como retenção, destruição ou subtração de documentos, bens e recursos econômicos

essenciais para a mulher. Já a violência moral é definida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria, afetando diretamente a dignidade e a imagem da vítima. A descrição detalhada de cada tipo de violência na Lei nº 11.340/2006 reafirma a necessidade de políticas abrangentes que considerem as várias dimensões do problema, oferecendo um suporte completo e eficaz às mulheres em situação de violência.

A categorização dos tipos de violência contra as mulheres, conforme a Lei nº 11.340/2006, reflete não apenas a necessidade de identificar diferentes formas de agressão, mas também a urgência de combater um problema historicamente enraizado na sociedade patriarcal. A violência física, definida como qualquer ato que afete a integridade corporal da vítima, é frequentemente considerada a forma mais visível desse fenômeno. Contudo, de acordo com Araújo (2019), esse tipo de agressão é apenas uma das manifestações da violência de gênero, que extrapola o físico para afetar profundamente a saúde psicológica e emocional das mulheres. Ele enfatiza que os danos psicológicos decorrentes de agressões físicas são amplificados por sentimentos de medo e perda de autoestima, agravando ainda mais o sofrimento das vítimas.

A violência psicológica, descrita na Lei Maria da Penha como qualquer conduta que cause danos emocionais ou controle sobre a vítima, é apontada por Biella (2005) como uma das expressões da subordinação feminina perpetuada por padrões culturais e sociais. A autora destaca que, desde a infância, meninas são condicionadas a aceitar papéis de submissão e passividade, enquanto aos homens é ensinado o domínio e a força. Essas construções culturais criam um ambiente que normaliza a violência psicológica, dificultando sua identificação e denúncia. De Araújo (2019) complementa que a violência psicológica pode ser tão destrutiva quanto a física, resultando em "agravos à saúde mental e emocional" que prejudicam o pleno desenvolvimento da vítima.

A violência patrimonial e moral, embora muitas vezes negligenciadas, também carregam graves consequências para as vítimas. Oliveira (2020) salienta que a violência patrimonial, que envolve atos como a retenção de bens ou destruição de recursos econômicos, é uma ferramenta de controle que reforça a dependência financeira e limita a autonomia das mulheres. Já a violência

moral, caracterizada por condutas como calúnia, difamação e injúria, atinge diretamente a dignidade e reputação da vítima, perpetuando estigmas sociais que dificultam sua recuperação e reinserção na sociedade. Segundo Guedes (2014), essas formas de violência representam uma violação dos direitos fundamentais das mulheres, intensificando as dificuldades enfrentadas por aquelas que tentam sair de um ciclo de abuso.

A Lei Maria da Penha representa um avanço significativo na luta contra a violência de gênero ao reconhecer a necessidade de tratar o problema de maneira abrangente e intersetorial. Como destaca Oliveira (2020), essa legislação vai além de classificar as tipologias de violência, abordando suas interseccionalidades e propondo ações que promovem a dignidade humana e a equidade de gênero. Seu impacto transcende o campo jurídico, alcançando políticas públicas e iniciativas educacionais voltadas para desconstruir normas culturais discriminatórias e fomentar o respeito às mulheres.

Além de sua relevância jurídica, a Lei Maria da Penha tem um papel transformador na sociedade ao desafiar construções históricas que naturalizam a violência contra as mulheres. Leitão (2022) ressalta que essa legislação surge como resposta a lacunas do sistema jurídico anterior, que frequentemente ignorava as implicações sociais e estruturais do problema. A autora enfatiza que a violência de gênero, mais do que um conflito privado, é uma questão de saúde pública e segurança social, refletindo normas culturais que perpetuam a submissão feminina.

A tipologia da violência delineada pela Lei Maria da Penha reflete a complexidade do problema. Segal e Faler (2024) destacam que as agressões podem se manifestar em diversos níveis, desde a violência física — mais visível e frequentemente denunciada — até formas mais sutis, como a violência psicológica e patrimonial, que afetam profundamente a autoestima e autonomia das vítimas.

Souza (2021), ao analisar a evolução histórica das legislações de enfrentamento à violência de gênero na América Latina, observa que a Lei Maria da Penha é pioneira ao incorporar elementos da Convenção de Belém do Pará,

que reconhece a violência contra a mulher como uma violação dos direitos humanos. Essa perspectiva foi fundamental para consolidar a concepção de que as políticas públicas devem ser integradas e intersetoriais, promovendo desde ações punitivas até medidas preventivas e educacionais. De acordo com Souza, as diretrizes internacionais inspiraram o fortalecimento das políticas de proteção, como os Juizados de Violência Doméstica e Familiar, que buscam celeridade e eficácia no atendimento às vítimas.

Além disso, o reconhecimento da violência como um fenômeno multidimensional possibilitou avanços significativos. Segal e Faler (2024) alertam que o impacto do ciclo de violência é amplificado pela dependência emocional e econômica, além de fatores culturais, como o patriarcado, que perpetuam a ideia de posse e controle sobre as mulheres. Esse cenário se reflete nos dados recentes sobre feminicídio e violência doméstica no Distrito Federal, evidenciando a gravidade do problema e a necessidade de ações eficazes.

A agressão às mulheres é uma realidade que continua no Brasil, afetando mulheres de várias classes sociais, idades e lugares. No Distrito Federal, os números de feminicídio e violência doméstica mostram a seriedade do problema. Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF), em 2023 houve 28 casos de feminicídio, um aumento grande comparado aos 17 casos que ocorreram no ano passado, em 2022 (SSP-DF, 2024). Além disso entre o mês de janeiro e setembro dos anos 2023 teve um total 13.519 casos de violência doméstica mostrando um aumento por 6,3% comparando ao mesmo tempo em 2022 que teve 12.722 casos (SSP-DF 2024).

Ceilândia, a região administrativa mais populosa do Distrito Federal, concentra o maior número de casos de violência contra a mulher. Só nos primeiros nove meses de 2023, foram feitos 1.728 registros de violência doméstica na região, mostrando novamente sua posição como a área com maior número desse tipo de crime (Secretaria da Mulher do DF, 2024). Esta alta taxa de violência levou à criação do Comitê de Proteção à Mulher em Ceilândia um lugar feito para ajudar vítimas e ligar mulheres em situação difícil a ajuda profissional como jurídica ou apoio psicológico (Secretaria da Mulher do DF, 2024).

Por outro lado, Brasília, onde fica a Biblioteca Nacional de Brasília, também tem um número alto de casos de feminicídio e violência doméstica. Mesmo que as taxas possam ser menores que as das áreas mais pobres como Ceilândia, a violência de gênero ainda acontece em várias situações e níveis sociais. Conforme o Painel de Feminicídios da Polícia Civil do Distrito Federal (SSP-DF), os casos de feminicídio na capital mostram que o problema não se liga apenas a lugares com menos dinheiro, mas sim em vários pontos do Distrito Federal, pedindo ações preventivas e de luta em todas as partes (SSP-DF, 2024)

A comparação entre Ceilândia e Brasília revela disparidades significativas nos registros de violência contra as mulheres, refletindo fatores como desigualdade social, acesso a serviços de proteção e a presença de políticas públicas voltadas para o combate à violência de gênero. Esses dados reforçam a necessidade de iniciativas voltadas à prevenção e acolhimento das vítimas, tanto em regiões periféricas quanto em áreas centrais, demonstrando que a violência de gênero é um fenômeno estrutural e multifacetado que demanda abordagens intersetoriais para sua erradicação.

Diante desse contexto, o papel da informação se apresenta como ferramenta essencial no enfrentamento à violência contra as mulheres. A disseminação de dados sobre direitos, recursos disponíveis e serviços de proteção, especialmente em espaços como bibliotecas públicas, pode empoderar as mulheres e promover a conscientização coletiva. Essas instituições, ao atuarem como centros de acesso à informação, desempenham um papel crucial na prevenção da violência e na transformação social.

2.2.2 O papel da informação no combate à violência contra as mulheres

O conceito de informação ocupa um lugar central na Ciência da Informação (CI) e é amplamente debatido por sua complexidade e amplitude de interpretações. (Capurro, 2003, apud Araújo, 2010, p. 95) destaca que a informação pode ser compreendida de três formas principais: como algo físico,

relacionado à sua dimensão material; como algo cognitivo, vinculado à alteração do estado de conhecimento do sujeito; e como um fenômeno social, que emerge das interações coletivas. Segundo o autor, essas três formas atravessam diferentes subáreas da CI, configurando-se como “paradigmas” que não se limitam a uma única abordagem específica, mas que se complementam ao longo do tempo.

A relevância dos trabalhos de Capurro (2003, apud Araújo, 2010) na sistematização do conceito de informação é amplamente reconhecida. Conforme Araújo (2010, p. 95), sua abordagem teórica “apresenta muito bem os modelos, identificando claramente sua constituição histórica, características e limites”, sendo amplamente citada tanto no Brasil quanto no exterior (SALAÜN; ARSENAULT, 2009; SILVA, 2006; VEGA-ALMEIDA; FERNÁNDEZ-MOLINA; LINARES, 2009). A sistematização proposta por Capurro, portanto, contribui para a reflexão epistemológica e para a consolidação do campo da CI.

A partir de sua análise, Capurro (2003, apud Araújo, 2010, p. 96) desenvolveu três paradigmas fundamentais para compreender o conceito de informação: o paradigma físico, o cognitivo e o social. O paradigma físico, baseado na Teoria Matemática da Comunicação de Shannon e Weaver (1975, apud Araújo, 2010), enfatiza a dimensão material da informação, analisando-a enquanto objeto sensível, inscrito em suportes materiais e passível de mensuração técnica. Nesse sentido, a informação é vista prioritariamente como um elemento de transporte e transferência de conhecimento, com foco nos aspectos técnicos e funcionais.

Já o paradigma cognitivo, que ganhou força a partir da década de 1970, está relacionado à alteração do estado de conhecimento do sujeito. Pesquisadores como De Mey e Belkin (apud Araújo, 2010) defendem que a informação deve ser entendida como algo que vai além de sua materialidade, envolvendo também o processo de aquisição e transformação do conhecimento. Conforme Araújo (2010, p. 96), esse modelo introduziu a necessidade de considerar o estado mental e cognitivo dos indivíduos, pois “a informação não é apenas a sua manifestação física, o registro material do conhecimento – é preciso ver, também, o que está na mente dos usuários”.

O paradigma social, que começou a se consolidar nos anos 1990, critica a visão isolada do modelo cognitivo e propõe que a informação seja compreendida como uma construção intersubjetiva. Segundo Capurro (2003, apud Araújo, 2010, p. 97), "o que é informação não é produto de uma mente única, isolada, mas construído pela intervenção dos vários sujeitos e pelo campo de interações resultante de suas práticas". Essa abordagem reconhece o papel do contexto histórico, social e cultural na definição do que é considerado informativo, enfatizando que a relevância da informação varia de acordo com o tempo e o grupo social ao qual está inserida.

Além disso, Santos (2021) destaca que a informação deve ser compreendida como um fenômeno social, essencial para a interação humana e para o processo de construção do conhecimento. Silva e Gomes (2015) reforçam essa visão, descrevendo a informação como uma produção social que dinamiza a comunicação entre as pessoas, promovendo descobertas e facilitando o entendimento por meio de dados, mensagens e atividades documentais. Essa concepção coloca a informação como um mecanismo ativo, capaz de transformar a maneira como as pessoas se relacionam com o mundo, algo especialmente relevante em contextos de vulnerabilidade, como o enfrentamento da violência contra as mulheres.

A informação é uma produção fenomenicamente social que tem por finalidade dinamizar a inter-comunicação humana e promover exposições e descobertas para construção do conhecimento através de interações entre sujeito/autor e sujeito/usuário por meio de dados (plano físico e histórico social dos sujeitos da informação), mensagens (no plano abstrativo) e atividades documentais (plano material), que favorecem predicativos hermenêuticos aos sujeitos da informação e resultam na apreensão e apropriação pelo sujeito/usuário efetivando um caráter de compreensão (SILVA; GOMES, 2015, p. 150).

A utilização da informação para fortalecer os direitos humanos baseia-se na premissa de que a disseminação de dados confiáveis e acessíveis é capaz de empoderar mulheres e comunidades, promovendo autonomia e tomada de decisão informada. Silva e Gomes (2015) afirmam que a informação é uma produção social que dinamiza a intercomunicação humana, contribuindo para a

construção do conhecimento e para a emancipação de seus usuários . Assim, a informação, ao ser bem gerenciada, transforma-se em um elemento de coesão social, permitindo que mulheres em situação de vulnerabilidade não apenas reconheçam seus direitos, mas também compreendam como exercê-los efetivamente.

A mediação cultural da informação emerge como um importante recurso para promover a conscientização sobre os direitos das mulheres e enfrentar a violência de gênero. Gomes (2020, apud Cavalcante, 2022, p. 5) destaca que a mediação é capaz de fomentar a criticidade por meio da "problematização, capaz de impulsionar a recepção, o desenvolvimento intelectual, assim como a tomada de consciência". Nesse sentido, a informação deixa de ser apenas um conteúdo transmitido e assume um papel ativo na transformação social, contribuindo para que as mulheres reconheçam seus direitos e compreendam as formas de exercê-los de maneira efetiva.

A mediação cultural vai além da simples transmissão de conteúdos informativos, envolvendo um processo de construção coletiva de significados. Segundo Perrotti (2016, apud Cavalcante, 2022, p. 6), ela "está relacionada ao conjunto de elementos de diferentes ordens (material, relacional, semiológica) que se interpõem e atuam nos processos de significação". Isso permite que os elementos simbólicos presentes em práticas culturais, como música, teatro e fotografia, sejam apropriados pelos sujeitos, promovendo novas compreensões sobre a realidade e gerando um protagonismo social feminino. Tal processo é particularmente eficaz em situações de vulnerabilidade, onde a informação atua como um meio de fortalecimento coletivo e individual.

Nesse contexto, a violência contra a mulher deve ser compreendida como um problema arraigado em estruturas socioculturais que podem ser desconstruídas por meio da mediação cultural da informação. Conforme Bezerra e Cavalcante (2020, apud Cavalcante, 2022, p. 8), a mediação cultural da informação possibilita "a interlocução das diferentes formas culturais de compreensão dos fenômenos informacionais existentes nas sociedades". Isso significa que, ao promover debates e atividades culturais, a mediação pode criar

espaços de diálogo e empoderamento, permitindo que as mulheres não apenas entendam suas condições, mas também identifiquem caminhos para superá-las.

Francisco, Cavalcante e Silva (2023) destacam que a mediação cultural transcende uma abordagem linear, configurando-se como um fenômeno dinâmico que articula diferentes sentidos e promove interações significativas entre as dimensões individuais e coletivas da vida social. Nesse sentido, ela atua como um mecanismo capaz de questionar e reconfigurar estruturas hegemônicas, especialmente em espaços de interação que promovam o diálogo e a reflexão crítica.

Os autores reforçam que o sistema capitalista, fundamentado na exploração e marginalização de determinados grupos, encontra na mediação cultural uma possibilidade de resistência e transformação. Nesse contexto, a mediação cultural emerge como uma ferramenta de conscientização e emancipação, permitindo que sujeitos historicamente subjugados, como as mulheres, questionem sua posição social e reconstruam seus papéis. A literatura, por exemplo, é mencionada como um meio poderoso de mediação, ao denunciar desigualdades e estimular novas formas de pensar e agir (Francisco, Cavalcante e Silva, 2023). Essa perspectiva encontra eco nos serviços de mediação cultural promovidos por bibliotecas públicas, que oferecem espaços para a ressignificação de saberes e práticas culturais, especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade.

O sistema capitalista, caracterizado pela propriedade privada, pelo lucro e pela exploração do trabalho, fundamenta-se na produção e reprodução de uma série de ideologias, as quais sustentam a sua hegemonia por meio da dominação, exclusão e marginalização de determinados grupos sociais. Uma dessas ideologias baseia-se no modelo patriarcal, compreendido como um sistema de dominação dos homens sobre as mulheres, presente em diferentes espaços, “compondo a dinâmica social como um todo, estando, inclusive, inculcado no inconsciente de homens e mulheres individualmente e no coletivo enquanto categorias sociais” (FRANCISCO; CAVALCANTE e SILVA, 2023 apud MORGANTE; NADER, 2014, p. 3).

As bibliotecas públicas, ao funcionarem como espaços de mediação cultural, desempenham um papel essencial na democratização do conhecimento e na promoção da equidade social. Francisco, Cavalcante e Silva (2023) apontam que, ao possibilitar o acesso a informações críticas, esses espaços oferecem ferramentas para que mulheres compreendam seus direitos, identifiquem redes de apoio e desenvolvam maior autonomia em suas escolhas. Tais práticas não apenas contribuem para a superação de desigualdades, mas também favorecem o fortalecimento de identidades e a criação de novas narrativas sobre o papel das mulheres na sociedade.

Desse modo, as mediações ocorridas nos diferentes espaços sociais podem tanto reproduzir as ideologias das classes dominantes, como denunciar desigualdades e contribuir para a reflexão, inclusão, conscientização e emancipação dos indivíduos. (FRANCISCO, CAVALCANTE e SILVA, 2023, p. 114)

Entretanto, os autores salientam que essa atuação exige um olhar crítico sobre os processos de mediação, de modo que as informações transmitidas não reproduzam as estruturas de dominação patriarcal e capitalista. A mediação cultural deve ser compreendida como um espaço de embate e resistência, onde os sentidos são negociados e ressignificados (Francisco, Cavalcante e Silva, 2023). Assim, as bibliotecas públicas precisam atuar não apenas como depositárias de conhecimento, mas como espaços vivos de diálogo e transformação, capacitando as mulheres para questionar e superar as barreiras impostas pelo sistema patriarcal.

A mediação da informação, nesse contexto, tem um papel central, pois é a partir dela que a informação é transformada em ferramenta de empoderamento e resistência. Segundo Quadros (2001, apud Fachin, 2013), a mediação é fundamental para garantir que o usuário encontre o conteúdo que melhor atenda às suas necessidades. Isso implica não apenas tornar a informação acessível, mas orientar o usuário na forma de se apropriar dela de maneira crítica e relevante.

Francisco, Cavalcante e Silva (2023) também destacam que a efetividade da mediação cultural depende da atuação dos profissionais responsáveis por esses espaços. É essencial que bibliotecários e mediadores estejam preparados para compreender as dinâmicas sociais e culturais de suas comunidades, adotando práticas informacionais que dialoguem com as necessidades reais dos sujeitos. Neste sentido, a mediação da informação se torna uma ferramenta essencial para conectar o conhecimento à realidade dos usuários, permitindo que eles compreendam e se apropriem da informação de maneira que atenda às suas demandas individuais e coletivas. Esses profissionais têm o papel de conectar os usuários às informações de maneira crítica, promovendo interações que estimulem a conscientização e a resistência às desigualdades sociais.

No contexto atual, a informação desempenha um papel crucial no desenvolvimento social e intelectual, sendo um recurso valioso e essencial para a inclusão e participação cidadã. No entanto, a distribuição desigual da informação na sociedade contemporânea contribui para a exclusão de uma parte significativa da população, impedindo seu pleno acesso ao conhecimento. É nesse cenário que entra a responsabilidade dos profissionais da área da Biblioteconomia, que desempenham um papel fundamental na democratização do acesso à informação. Como aponta Colono e Cavalcante (2020), o bibliotecário, enquanto cientista da informação, tem a obrigação social de combater essas desigualdades, assumindo um compromisso com a comunidade e trabalhando para mitigar as consequências negativas da configuração social atual. A mediação da informação, quando realizada de forma crítica e eficaz, é uma estratégia importante para enfrentar essas desigualdades, pois permite que os usuários acessem e usem as informações de forma que favoreça seu desenvolvimento pessoal e social.

Se pensarmos a Informação como um recurso – que por sua vez também é distribuído desigualmente na sociedade atual, excluindo uma parcela da população da dita sociedade do conhecimento – e que o bibliotecário, enquanto cientista da informação, é responsável pela disseminação da informação, então, compreende-se que o mesmo tem a responsabilidade social de combater o acesso desigual ao conhecimento a partir do comprometimento com a comunidade. Portanto, falar em responsabilidade social na Biblioteconomia é assumir a obrigação de atenuar as consequências negativas da atual configuração social. (COLONO e CAVALCANTE, 2020, p. 8)

As bibliotecas públicas desempenham um papel crucial na mediação da informação, promovendo o acesso ao conhecimento e contribuindo para a superação de desigualdades sociais. Colono e Cavalcante (2020) destacam que, ao focar nas necessidades informacionais das mulheres, esses espaços podem atuar como agentes de transformação, incentivando o empoderamento e a autonomia. Essa abordagem não apenas combate o machismo e a misoginia, mas também oferece suporte essencial para mulheres em situações de vulnerabilidade. No entanto, os autores enfatizam que essa prática requer profissionais capacitados e engajados nas questões sociais das comunidades que atendem.

Além disso, Cavalcante (2022) aponta que ações culturais e educativas, como exposições e eventos em bibliotecas públicas, têm potencial para desconstruir estereótipos de gênero e promover a conscientização sobre os direitos das mulheres. Por meio de materiais educativos, como cartilhas explicativas sobre legislações, incluindo a Lei Maria da Penha, e parcerias institucionais, esses espaços podem disseminar informações essenciais para mulheres em risco. Essa atuação fortalece a cidadania e contribui para a criação de uma sociedade mais equitativa, ampliando o alcance social das bibliotecas públicas.

As bibliotecas desempenham um papel central ao promover o acesso ao conhecimento, estimular a inclusão digital e facilitar o desenvolvimento cultural e social das comunidades. Colono e Cavalcante (2020) destacam que, por meio da mediação informacional, as bibliotecas podem atender às demandas específicas dos indivíduos, adaptando seus serviços às realidades locais. Essa prática é essencial para garantir a democratização do acesso à informação, que é um direito fundamental e indispensável para o exercício pleno da cidadania.

A inclusão de tecnologias nos serviços bibliotecários é outro aspecto que reforça o papel informacional das bibliotecas. Plataformas digitais, redes sociais e acervos virtuais permitem que o conhecimento seja acessado de maneira mais ágil e eficiente, ampliando o alcance das ações informacionais. Conforme Francisco, Cavalcante e Silva (2023), as bibliotecas podem utilizar essas ferramentas para mediar conteúdos culturais e educacionais, promovendo o

desenvolvimento de competências digitais e combatendo a exclusão informacional.

Para avaliar o papel das bibliotecas públicas no combate à violência contra as mulheres, é fundamental adotar uma abordagem integrada que vá além da disponibilização de informações, incorporando também a criação de espaços seguros e acolhedores. As bibliotecas públicas, por sua natureza e compromisso social, possuem um papel estratégico nesse cenário, pois podem promover o acesso à informação de qualidade, capacitar mulheres em competências diversas e divulgar redes de apoio e serviços especializados, como delegacias da mulher e centros de atendimento psicológico. Segundo Bernardino, Sampaio e Santos (2022, p. 72), as bibliotecas têm o potencial de oferecer "espaços para encontros seguros e agradáveis, programas e serviços voltados às necessidades de mulheres e meninas", contemplando aspectos como direitos, saúde e educação. Essa atuação é alinhada ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 da Agenda 2030, que visa alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Dessa forma, as bibliotecas públicas podem se tornar verdadeiros agentes de transformação social, promovendo não apenas o conhecimento dos direitos, mas também o fortalecimento das mulheres para que elas possam exercê-los de maneira efetiva. Além disso, a integração das bibliotecas com outras instituições, como ONGs e serviços públicos de saúde, potencializa o impacto das ações de enfrentamento à violência de gênero, criando uma rede de apoio mais eficiente e abrangente (Colono e Cavalcante, 2020). A capacitação contínua dos bibliotecários e a curadoria de acervos temáticos sobre igualdade de gênero e direitos das mulheres são estratégias essenciais para sensibilizar a comunidade e desmistificar estereótipos prejudiciais.

Outro aspecto relevante na avaliação do papel das bibliotecas é a promoção de ações educativas e culturais que envolvam as mulheres e a sociedade em geral na reflexão sobre a violência de gênero. A organização de eventos, como palestras, exposições e atividades interativas, contribui para criar um espaço de diálogo e conscientização, ao mesmo tempo em que reforça o papel das bibliotecas como mediadoras culturais. Além disso, o uso de mídias digitais e redes sociais é crucial para ampliar o alcance dessas ações, permitindo

que informações cheguem a públicos mais amplos, incluindo mulheres em áreas periféricas e rurais, onde o acesso à informação é mais restrito. Dessa forma, para que as bibliotecas públicas cumpram sua função social de combate à violência de gênero, é necessário um comprometimento com a educação, a integração comunitária e a inovação na entrega de serviços e informações, alinhando-se às políticas públicas e criando espaços realmente inclusivos e acessíveis para todas as mulheres (Francisco, Cavalcante e Silva, 2023).

3. Metodologia

Este capítulo descreve os procedimentos metodológicos adotados para compreender o papel das bibliotecas públicas de Brasília na prevenção e no combate à violência contra as mulheres. A metodologia foi cuidadosamente estruturada para que os objetivos da pesquisa sejam cumpridos, possibilitando uma análise abrangente das práticas e ações dessas instituições no contexto atual.

Caracterização da Pesquisa

Esta pesquisa adota uma abordagem pragmática (Creswell & Creswell, 2021) para investigar as iniciativas das bibliotecas públicas de Brasília relacionadas ao enfrentamento da violência contra a mulher, explorando como essas ações se alinham a programas de conscientização e apoio comunitário. A perspectiva pragmática é adequada para este estudo, pois permite a integração de métodos que possibilitam uma visão abrangente das práticas inovadoras impostas pelas bibliotecas públicas de Brasília, com foco nas ações para a conscientização sobre a violência contra as mulheres e o apoio às mulheres em situação de vulnerabilidade. Além disso, por meio dessa abordagem, é possível captar as complexidades envolvidas na atuação das bibliotecas dentro desse contexto social. A escolha dessa abordagem alinha-se diretamente ao objetivo de analisar as contribuições dessas bibliotecas na prevenção e combate à violência contra as mulheres.

Com um propósito descritivo, a pesquisa busca documentar e analisar as ações culturais, educativas e de apoio comunitário voltadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres. A abordagem qualitativa é central neste estudo, que utilizou entrevistas semiestruturadas como principal técnica de coleta de dados, realizadas exclusivamente com bibliotecários e gestores das bibliotecas públicas selecionadas para a amostra. As entrevistas foram compostas exclusivamente por questões abertas, permitindo a coleta de informações detalhadas e descritivas sobre as práticas encontradas. Essa estratégia visou analisar as iniciativas educativas e os serviços de informação oferecidos pelas bibliotecas públicas de Brasília, focando na conscientização sobre a violência contra as mulheres e no apoio às mulheres em situação de vulnerabilidade. Além disso, busca-se compreender como as atividades são planejadas e realizadas, assim como identificar os principais desafios enfrentados na implementação dessas ações.

Para a análise dos dados, as informações coletadas por meio de entrevistas com bibliotecárias e gestoras foram analisadas por meio de análise descritiva. A população deste estudo é composta por gestores e bibliotecários das bibliotecas públicas de Brasília. A seleção dos participantes considerou a representatividade de suas bibliotecas no contexto da cidade, com o objetivo de caracterizar as iniciativas e serviços oferecidos.

A metodologia de pesquisa segue uma abordagem qualitativa, focada em entender as iniciativas externas de apoio e acolhimento para mulheres em situação de vulnerabilidade nas bibliotecas públicas.

Em primeiro lugar, para mapear as iniciativas educativas e os serviços de informação oferecidos pelas bibliotecas públicas de Brasília voltados para a conscientização sobre a violência contra as mulheres e o apoio a mulheres em situação de vulnerabilidade, foi realizada uma pesquisa documental nas plataformas digitais da biblioteca, como seu site e Instagram, complementada pelas respostas das entrevistas realizadas com gestores e bibliotecários. A seleção das redes sociais permitiu identificar as ações promovidas pela biblioteca e como elas são divulgadas ao público, enquanto as entrevistas forneceram detalhes adicionais sobre as estratégias educativas e os serviços

informacionais oferecidos. As entrevistas foram realizadas nos dias 21 e 27 de janeiro de 2025, utilizando como instrumento um questionário semiestruturado com perguntas abertas, disponível no Apêndice A desta pesquisa. Os depoimentos coletados abordaram os temas tratados e as atividades desenvolvidas para o suporte à comunidade, com ênfase no apoio às mulheres em situação de vulnerabilidade.

O segundo objetivo, de descrever as principais iniciativas e serviços ofertados pelas bibliotecas públicas de Brasília, foi atingido por meio da descrição das atividades realizadas. As entrevistas também exploram como as necessidades que originam essas ações são identificadas, além do planejamento e da execução dessas iniciativas. Complementarmente, foi feita uma análise documental para contextualizar os serviços e as práticas desenvolvidas pelas bibliotecas.

Por fim, para identificar os desafios enfrentados pelas bibliotecas públicas de Brasília na implementação de ações educativas e na oferta de serviços de apoio a mulheres em situação de vulnerabilidade, foi realizada uma análise descritiva das respostas qualitativas fornecidas pelos gestores e bibliotecários. Essa etapa permitiu mapear os principais desafios enfrentados e destacar as práticas que têm sido eficazes, contribuindo para futuras recomendações que fortaleçam as ações das bibliotecas públicas no enfrentamento à violência contra as mulheres.

Uma síntese dos procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa está representada no Quadro 1.

Quadro 1: Procedimentos metodológicos

Objetivos específicos	Universo	Amostra	Fonte	Técnica de coleta	Método de análise
Mapear as iniciativas educativas e os serviços de informação oferecidos pelas bibliotecas públicas de Brasília voltados para a conscientização sobre violência contra as mulheres	Bibliotecas Públicas de Brasília	Biblioteca Nacional de Brasília Biblioteca Pública de	Documentação institucional e informações disponibilizadas por bibliotecários	Pesquisa documental, entrevistas presenciais com	Análise descritiva

e o apoio a mulheres em situações de vulnerabilidade.		Ceilândia - Carlos Drummond	e gestores das unidades	gestores e bibliotecários.	
Caracterizar as iniciativas e serviços ofertados pelas bibliotecas públicas de Brasília, com foco na descrição das atividades realizadas, no entendimento das necessidades que originam tais ações e na análise de como os serviços são planejados e executados.					
Identificar os desafios enfrentados pelas bibliotecas públicas de Brasília, na implementação de ações educativas e na oferta de serviços de apoio a mulheres em situação de vulnerabilidade.					

4. Resultados

Este capítulo apresenta os resultados obtidos na pesquisa, cujo objetivo geral foi analisar a contribuição das bibliotecas públicas de Brasília na prevenção e no combate à violência contra as mulheres, com foco nas ações educativas, culturais e de apoio comunitário liderado por essas instituições. Para atingir esse objetivo, foram selecionadas duas bibliotecas como estudos de caso: a Biblioteca Pública de Ceilândia e a Biblioteca Nacional de Brasília, representando diferentes contextos geográficos e sociais da cidade. A escolha dessas bibliotecas se justifica por sua localização estratégica – um no centro da cidade e outra em uma região administrativa do Distrito Federal – o que possibilita a análise de diferentes realidades sociais e culturais. Além disso, a seleção de apenas duas bibliotecas se deu pelas limitações de tempo para a realização de estudos de caso mais abrangentes, permitindo uma investigação mais aprofundada e específica nas instituições escolhidas.

A análise dos dados foi realizada a partir de informações públicas disponíveis nas redes sociais oficiais das bibliotecas sobre as iniciativas desenvolvidas, complementadas por entrevistas com bibliotecárias e gestoras das instituições. Nessas entrevistas, foram exploradas as principais ações realizadas entre 2020 e 2025 para o combate e a prevenção da violência contra as mulheres, conforme apontado pelas entrevistadas. Foram analisados os recursos utilizados, o planejamento das iniciativas e as fontes de informação que as fundamentaram. Além disso, investigaram-se a interação com o público, o retorno recebido, as ferramentas de avaliação usadas, os desafios enfrentados e as lições aprendidas para aprimorar ações futuras

Os resultados estão organizados em duas partes, apresentados como Caso 1: Biblioteca Pública de Ceilândia Carlos Drummond de Andrade e Caso 2: Biblioteca Nacional de Brasília. Cada seção descreve detalhadamente as ações realizadas por essas instituições. Dessa forma, este capítulo busca não apenas descrever as práticas identificadas, mas também oferece uma análise reflexiva sobre como essas experiências podem servir de exemplo e inspiração para outras bibliotecas públicas interessadas em contribuir para o enfrentamento da violência contra mulheres. A seguir, são apresentados os resultados obtidos em cada um dos casos analisados.

4.1 Caso 1: Biblioteca Pública de Ceilândia Carlos Drummond de Andrade

As informações disponíveis no site da Biblioteca Pública de Ceilândia (2020) indicam que a Biblioteca Pública de Ceilândia Carlos Drummond de Andrade, inaugurada em 2 de dezembro de 1993, tem como missão ser um centro de informação e promoção da leitura, oferecendo serviços de qualidade à comunidade local, com base na igualdade de condições de acesso a todos. Seu objetivo é possibilitar a construção do conhecimento, unindo o uso das tecnologias de informação e a valorização da diversidade cultural no contexto atual, alinhando-se às missões centrais das bibliotecas públicas.

A biblioteca atende um público diversificado, composto por crianças, jovens e adultos, provenientes de instituições públicas e privadas de ensino,

além de moradores da região de Ceilândia e adjacências. Ela se destaca por seu compromisso com a inclusão social e o acesso à informação para todos.

Localizada na região administrativa de Ceilândia, em Brasília, a biblioteca oferece diversos espaços e serviços, como áreas para leitura, estudo e pesquisa, um espaço para exposições e eventos socioculturais, além de uma Gibiteca e literatura infantil. A biblioteca também conta com um espaço multiuso, que é utilizado para oficinas, reuniões e estudos em grupo, e um Café Drummond, destinado ao acolhimento dos usuários.

O acervo da biblioteca é diversificado, composto por obras de referência, literatura, livros didáticos, apostilas para concursos, periódicos, mídias e outros materiais que atendem às diferentes necessidades dos usuários. A biblioteca oferece ainda serviços de empréstimos e reservas de livros, auxílio à pesquisa, e consultoria para profissionais da área. Para além da oferta de livros, a biblioteca realiza atividades culturais, como contação de histórias, palestras, sarais, e cursos e oficinas.

A análise documental da Biblioteca Pública de Ceilândia foi realizada a partir das informações disponíveis em seu site institucional e em seu perfil no Instagram. Inicialmente, foram identificados e sistematizados os dados sobre a missão, o público-alvo, a estrutura física, os serviços oferecidos e o acervo da biblioteca. Essas informações permitiram contextualizar o papel da instituição no atendimento à comunidade e sua contribuição para o acesso à informação e à cultura. Além disso, a análise buscou elementos sobre a historicidade da biblioteca, ressaltando sua trajetória e evolução ao longo dos anos.

Posteriormente, foi realizado o mapeamento das postagens do Instagram da biblioteca, com foco em conteúdos relacionados às mulheres. Foram analisadas postagens que abordavam temas como empoderamento feminino, prevenção e combate à violência contra as mulheres, bem como aquelas que destacavam serviços de informação e iniciativas específicas para esse público. Essa etapa possibilitou compreender como a biblioteca utiliza suas redes sociais para divulgar informações e promover ações educativas e culturais externas para a conscientização e o apoio às mulheres da comunidade.

4.1.1 Aspectos discutidos na entrevista

Para aprofundar a compreensão sobre as iniciativas da Biblioteca Pública de Ceilândia no combate à violência contra as mulheres, foi realizada uma entrevista com a coordenadora da instituição. A partir de sua experiência na gestão da biblioteca, a entrevistada revelou informações sobre as ações desenvolvidas, os desafios enfrentados e o impacto das atividades externas à conscientização e apoio às mulheres da comunidade.

A primeira pergunta direcionada à entrevistada foi: “Quais foram as principais experiências e ações realizadas pela biblioteca nos últimos anos com foco na prevenção e combate à violência contra as mulheres?” Em resposta, foi destacado que, a biblioteca tem desenvolvido projetos pedagógicos voltados para a comunidade e escolas, com ações específicas para o público feminino, sensibilizando-se com as questões de violência e empoderamento. A equipe, composta majoritariamente por mulheres, busca levar informação e suporte ao público feminino, oferecendo atividades e promovendo parcerias estratégicas com órgãos governamentais e entidades da sociedade civil.

Dentre as ações realizadas, uma das mais relevantes foi o bate-papo ao vivo durante a Semana Maria da Penha nas Escolas, ocorrido em 22 de novembro de 2021. O evento contou com a participação da Dr^a Adriana Romana, Delegada Chefe da Delegacia de Atendimento à Mulher (DEAM). Para viabilizar a transmissão, foram utilizados recursos como espaço virtual adequado, equipamentos técnicos (câmeras, microfones e computadores) e conexão estável de internet. Durante o bate-papo, conteúdos informativos foram apresentados ao público, como estatísticas sobre violência contra a mulher, explicações sobre a Lei Maria da Penha e divulgação de recursos de apoio, incluindo serviços oferecidos pela DEAM.

Outra iniciativa relevante foi a Programação do Dia da Mulher, realizada em março de 2023. Nos dias 3 e 8 daquele mês, foram promovidas ações culturais e educativas, como consultoria jurídica, palestras sobre saúde mental

e bem-estar, aulas de yoga e o evento “Chá com Elas”, dedicado à socialização e integração das mulheres participantes. As atividades contaram com a colaboração de especialistas, como advogados e psicólogos, além de recursos como espaço físico da biblioteca, materiais de divulgação e equipamentos técnicos.

Além disso, a biblioteca se destacou por realizar ações contínuas de conscientização e apoio às mulheres, como:

- Publicações nas redes sociais sobre empoderamento feminino, tipos de violência contra as mulheres e leis de proteção, como a Lei Maria da Penha.
- Reposts de oportunidades oferecidas pela Secretaria da Mulher, como cursos profissionalizantes, oficinas gratuitas e acolhimento psicológico.
- Aulas regulares de yoga para promover o bem-estar físico e emocional das mulheres.
- Consultoria jurídica presencial e individual para mulheres que necessitavam de orientações legais, muitas vezes com o apoio de advogados voluntários.
- Entrega de cartilhas educativas sobre a Lei Maria da Penha e direcionamento para a Casa da Mulher Brasileira, equipamento público de grande relevância na Ceilândia, que oferece assistência jurídica, psicológica e abrigo para mulheres em situação de violência.

De acordo com a entrevistada, a biblioteca desempenha um papel fundamental no encaminhamento das mulheres para serviços de apoio, ajudando a identificar situações de violência, muitas vezes de maneira discreta e acolhedora. A instituição também se preocupa em oferecer eventos temáticos, especialmente no Dia Internacional da Mulher, convidando psicólogas e outros profissionais para estimular o empoderamento feminino, resgatar a autoestima das participantes e conscientizá-las sobre suas capacidades de romper com o ciclo da violência.

A entrevistada reforçou que essas iniciativas só são possíveis graças à construção de parcerias com órgãos como a Secretaria da Mulher e a Secretaria

de Segurança Pública. Apesar da limitação de recursos financeiros, a biblioteca utiliza equipamentos governamentais e voluntariado para ampliar seu alcance e impacto na comunidade. A pandemia de COVID-19 foi marcada por um aumento significativo nos casos de violência doméstica, intensificando a necessidade de ações preventivas e de apoio às vítimas. Segundo Jusbrasil (2020), os atendimentos a mulheres vítimas de violência cresceram, em média, 40% durante o período de isolamento social. Diante desse cenário, a Biblioteca Pública de Ceilândia adaptou suas atividades para o ambiente virtual, implementando ações online em 2021. Essas iniciativas foram essenciais para promover a inclusão, proteção e fortalecimento das mulheres atendidas, especialmente diante das restrições impostas.

A segunda pergunta foi: Como as experiências e ações foram pensadas e planejadas na temática de combate à violência e empoderamento feminino? Foi respondido que o planejamento das experiências e ações da biblioteca dentro da temática de combate à violência e empoderamento feminino segue um processo estruturado e alinhado a diretrizes institucionais, pedagógicas e legais. A entrevistada explicou que o planejamento se baseia em documentos oficiais e em datas relevantes estipuladas no calendário da Secretaria de Educação, além de estar em conformidade com princípios da biblioteconomia e do Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas. Essa abordagem reflete o papel da biblioteca pública como espaço de promoção da inclusão e da cidadania, conforme abordado por Correia (2015), que destaca as bibliotecas como locais de proximidade e apoio à comunidade. Além disso, a adesão aos princípios do Manifesto da IFLA/UNESCO (2022), que enfatizam a promoção da diversidade, a igualdade de acesso e o desenvolvimento social, corrobora o compromisso da biblioteca em oferecer serviços que atendam às necessidades informacionais e sociais do seu público. Ao adotar um planejamento com essas diretrizes, a biblioteca se posiciona como um agente transformador e de fortalecimento da justiça social, em consonância com o que Brettas (2010) destaca sobre a missão ampliada das bibliotecas públicas como espaços de apoio à educação e à construção de uma sociedade mais equitativa.

De acordo com a entrevistada, no início de cada ano a equipe da biblioteca realiza uma reunião para revisar o calendário da Secretaria de

Educação e identificar datas importantes que orientam as atividades e os projetos desenvolvidos. Entre essas datas, destacam-se a Semana Maria da Penha e a Semana de Combate à Violência contra Crianças, que servem como norteadoras para a elaboração de ações que visam conscientizar a comunidade escolar e a sociedade em geral sobre essas temáticas.

O planejamento inicial é construído de forma estratégica, com base nas demandas do calendário escolar, nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 e nas necessidades específicas da comunidade atendida. A equipe utiliza documentos como o Manifesto da IFLA/UNESCO para assegurar que as ações da biblioteca estejam alinhadas com os princípios de igualdade, acesso à informação e desenvolvimento social. Além disso, a biblioteca busca suporte em materiais legislativos e educativos, como a distribuição de miniaturas da Lei Maria da Penha e cartilhas explicativas, que são utilizados como ferramentas de conscientização.

Essas ações são pensadas para impactar não apenas os frequentadores da biblioteca, mas também para alcançar a comunidade escolar de forma mais ampla. Para isso, a equipe organiza eventos como rodas de conversa, palestras e contações de histórias, adaptando a linguagem de acordo com o público-alvo, que inclui crianças, jovens e adultos. Por exemplo, quando o tema é abordado com os alunos da escola, utiliza-se uma linguagem lúdica e acessível para sensibilizar e educar desde cedo sobre questões relacionadas à violência e ao respeito ao próximo.

A organização das atividades também leva em consideração possíveis ajustes ao longo do ano. A entrevistada destacou que, embora o planejamento inicial seja realizado no início do ano, ele é flexível e pode sofrer alterações conforme surgem novas demandas ou oportunidades. Eventos imprevistos, mudanças no contexto social ou mesmo sugestões da comunidade podem influenciar o desenvolvimento de novas ações ou a adaptação de atividades previamente planejadas.

Um exemplo claro dessa flexibilidade foi a organização de lives e palestras em função de datas comemorativas, como a Semana Maria da Penha. Nessas

ocasiões, os temas abordados são escolhidos de forma a estimular o debate não apenas dentro da escola, mas também no ambiente familiar. A ideia é que os participantes levem as discussões para além dos muros da instituição, promovendo uma conscientização mais ampla.

Ademais, a entrevistada ressaltou que a biblioteca frequentemente é solicitada pela escola para colaborar em atividades pedagógicas que complementam os projetos planejados. Essas colaborações incluem desde rodas de leitura sobre obras literárias que tratam de direitos humanos até oficinas temáticas que discutem igualdade de gênero e cidadania.

Portanto, as experiências e ações da biblioteca são fruto de um planejamento cuidadoso, embasado em documentos oficiais e pautado pela flexibilidade necessária para atender às demandas da comunidade. Esse trabalho reflete o compromisso da equipe com a conscientização, o empoderamento feminino e a promoção de uma sociedade mais igualitária.

Na terceira pergunta, abordou-se a questão dos recursos necessários para a execução das ações realizadas pela biblioteca, considerando os aspectos financeiros, humanos e materiais. A entrevistada esclareceu que não há repasse de recursos financeiros provenientes da Secretaria de Educação ou da Secretaria de Cultura para essas atividades. Assim, quando é necessário confeccionar lembranças ou outros materiais, as professoras e demais integrantes da equipe acabam utilizando recursos próprios, juntando dinheiro entre si para viabilizar as ações.

No que diz respeito aos recursos humanos, a entrevistada destacou o papel fundamental das parcerias e do voluntariado. Entre as colaborações, estão aquelas com a Secretaria da Mulher, a Secretaria de Saúde e profissionais externos que contribuem de forma voluntária. Como exemplo, ela mencionou palestras realizadas por psicólogos, enfermeiros e médicos, como as organizadas durante o outubro rosa, que tratam da saúde da mulher. Essas parcerias têm sido essenciais para ampliar o alcance e a qualidade das atividades promovidas pela biblioteca.

Outro recurso humano importante são os voluntários, que muitas vezes são leitores da biblioteca com formação acadêmica e disposição para colaborar. Advogados, por exemplo, participam tanto de forma virtual, produzindo vídeos educativos, quanto presencialmente, oferecendo assessoria jurídica na biblioteca. Nesses momentos, eles dedicam algumas horas para atender a comunidade, respondendo dúvidas e fornecendo orientações jurídicas. Esse tipo de ação é altamente valorizado, pois atende diretamente às necessidades dos usuários da biblioteca e da comunidade local.

Em relação aos recursos materiais, a biblioteca faz uso de materiais já existentes e, quando necessário, busca parcerias para obtenção de novos recursos. Um exemplo mencionado foi a obtenção de miniaturas da Lei Maria da Penha, distribuídas como forma de conscientização. Além disso, materiais informativos, como cartilhas, também são utilizados como ferramentas educativas e de conscientização durante as ações.

Na quarta pergunta, a entrevistada foi questionada sobre as fontes de informação que embasaram o planejamento e a implementação das ações promovidas pela biblioteca. Ela destacou que a Lei Maria da Penha tem sido uma das principais referências utilizadas, servindo como base para a distribuição de materiais informativos e para a conscientização da comunidade sobre os direitos das mulheres.

Embora a equipe ainda não tenha confeccionado materiais próprios, as ações desenvolvidas incluem a utilização e distribuição de cartilhas já existentes, como as relacionadas à Lei Maria da Penha. Essas cartilhas foram distribuídas pela biblioteca em diversos espaços públicos estratégicos, como metrô, hospitais e restaurantes comunitários, onde há grande circulação de pessoas, permitindo um alcance significativo das informações.

Além disso, as postagens realizadas nas redes sociais também desempenham um papel importante na disseminação de informações e conscientização. Embora essas postagens não sejam materiais impressos, elas se configuram como uma ferramenta essencial para alcançar o público-alvo de forma rápida e acessível.

Ainda que a produção de materiais próprios não tenha ocorrido até o momento, a biblioteca se apoia em fontes confiáveis e em materiais já consolidados para a execução de suas ações, garantindo que as informações disseminadas estejam alinhadas às legislações e às necessidades da comunidade. Esse uso estratégico de fontes disponíveis demonstra o compromisso da equipe em promover ações informativas e educativas, mesmo diante de limitações de recursos.

Na quinta pergunta, a entrevistada explicou como ocorre a interação da biblioteca com o público-alvo durante as ações voltadas ao combate à violência e ao empoderamento feminino. Ela destacou que a recepção dos projetos tem sido, de modo geral, bastante positiva. As ações promovidas são bem acolhidas pela comunidade, com uma adesão significativa por parte das mulheres.

Para garantir a participação do público, a biblioteca utiliza estratégias de divulgação acessíveis e próximas à comunidade. Essas estratégias incluem a colocação de cartazes informativos em locais estratégicos, como no metrô e nos prédios próximos à biblioteca. A visibilidade dessas informações nas áreas de grande circulação contribui para atrair participantes e promover o engajamento com as atividades oferecidas.

No entanto, foi mencionado que, embora as ações tenham uma boa aceitação e participação inicial, há uma limitação em relação ao retorno direto do público. Até o momento, a equipe não recebeu relatos ou feedbacks detalhados de mulheres que participaram das ações e buscaram atendimento em locais como a Casa da Mulher Brasileira ou conseguiram medidas protetivas. Apesar disso, o envolvimento das participantes durante as atividades demonstra o impacto positivo do trabalho da biblioteca, mesmo sem um acompanhamento mais detalhado dos desdobramentos individuais.

Em relação à sexta pergunta, “Houve algum retorno ou feedback do público sobre essas ações? Se sim, qual foi o conteúdo desse retorno?”, a entrevistada explicou que, embora as ações tenham uma boa aceitação e participação inicial, não houve um retorno direto ou feedback detalhado do público.

Quanto à sétima pergunta, “Existem formas ou ferramentas de monitoramento para avaliar o engajamento e o retorno das ações promovidas pela biblioteca?”, a entrevistada informou que, até o momento, a biblioteca não dispõe de ferramentas ou controle para monitorar o engajamento e o retorno das ações.

Na oitava pergunta, “Quais dificuldades foram encontradas na realização das ações e como foram superadas?”, a entrevistada mencionou que as principais dificuldades enfrentadas estão relacionadas, em primeiro lugar, ao transporte e à questão financeira. Ela explicou que, para atrair o público escolar para as atividades na biblioteca, é necessário oferecer transporte, uma vez que muitos alunos não têm condições de arcar com o custo do transporte público. Quando a biblioteca não consegue disponibilizar esse transporte, a participação dos alunos diminui significativamente. Além disso, a entrevistada ressaltou que a falta de recursos financeiros para a produção de materiais autorais é outra dificuldade importante. A biblioteca não tem o orçamento necessário para criar materiais mais elaborados, o que limita as possibilidades de expandir as ações. No entanto, ela destacou que a Secretaria da Mulher tem sido um apoio crucial, fornecendo materiais e, quando possível, recursos humanos, como palestrantes que se disponibilizam para falar sobre temas como autoestima no Dia Internacional da Mulher. A dificuldade financeira também se estende à falta de uma ajuda de custo regular, sendo que os recursos muitas vezes vêm do bolso dos próprios envolvidos. Por outro lado, relatou que a biblioteca conta com um bom número de voluntários que ajudam nas atividades, oferecendo seu tempo e até doações.

Na última pergunta, “Quais lições a biblioteca aprendeu com essas experiências?”, a entrevistada compartilhou que, embora a biblioteca busque levar informação e conhecimento à comunidade, ainda enfrenta um grande desafio no que diz respeito ao preconceito e às visões retrógradas em relação às questões de gênero. Ela observou que, apesar dos esforços para educar e conscientizar sobre a violência doméstica, ainda há uma compreensão errônea de que a Lei Maria da Penha é a única forma de proteção para as mulheres, enquanto os dados mostram a gravidade do problema, com muitas mortes de mulheres causadas por violência. A entrevistada apontou que essa mentalidade

precisa ser quebrada, pois ainda há uma visão na sociedade que vê a mulher como um objeto, permitindo que a violência contra ela seja justificada, até mesmo pela perda da vida.

Ela reconheceu que esse é um caminho longo, mas enfatizou que é essencial continuar com o trabalho de disseminação de informações. A biblioteca tem um papel crucial ao educar as pessoas sobre os direitos das mulheres e a importância do respeito, e a entrevistada acredita que a única maneira de enfrentar essa situação é por meio da conscientização e do empoderamento das mulheres. Embora o progresso seja lento, ela destacou que a biblioteca não pode desistir de suas ações, pois a informação é a melhor forma de prevenção.

Além disso, a entrevistada refletiu sobre como as experiências adquiridas com essas ações fortaleceram sua compreensão sobre a relevância da biblioteconomia. Ela destacou que a profissão vai além da simples organização de livros e que a biblioteca tem um impacto profundo na comunidade, oferecendo um espaço para disseminação de conhecimentos diversos, acessíveis a pessoas de diferentes faixas etárias e classes sociais. A biblioteca, portanto, é vista como um local inclusivo, que desempenha um papel fundamental na transformação social.

Ela também compartilhou sua própria jornada de descobertas dentro da biblioteconomia, mencionando que, antes de se envolver com a área, nunca imaginou a abrangência e a profundidade que ela poderia oferecer. A entrevistada expressou um grande encantamento pela profissão, reconhecendo a importância de ampliar os horizontes do que se entende por biblioteca e do papel que ela desempenha na educação e no desenvolvimento da comunidade.

4.2 Caso 2: Biblioteca Nacional de Brasília

De acordo com a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, a Biblioteca Nacional de Brasília (BNB) foi idealizada no projeto original da capital, concebido por Lúcio Costa no final dos anos 1950, e inaugurada oficialmente em 12 de dezembro de 2008. O edifício, projetado por Oscar Niemeyer, reflete a

proposta de oferecer um espaço acessível e acolhedor para o público, promovendo a democratização do acesso à informação.

Localizada no Setor Cultural Sul, a BNB tem como missão ampliar o acesso ao conhecimento, com especial atenção às camadas menos favorecidas da sociedade. Suas ações também fortalecem o Sistema de Bibliotecas Públicas do Distrito Federal, contribuindo para a formação de leitores e o desenvolvimento cultural da comunidade (CRIATIVA, [s.d.]).

A biblioteca está equipada com infraestrutura moderna, oferecendo salas de leitura e estudo, áreas para eventos e um auditório acessível. O prédio é adaptado para atender às necessidades de pessoas com deficiência, com elevadores acessíveis, sinalização em Braille, piso tátil, cadeiras de rodas disponíveis e sanitários adaptados.

O acervo da BNB é diversificado, abrangendo livros, periódicos e audiolivros, além de exposições e eventos culturais. Uma iniciativa de destaque é o programa "Mala do Livro", que disponibiliza minibibliotecas em locais estratégicos para ampliar o alcance da leitura (CRIATIVA, [s.d.]).

A análise documental da Biblioteca Nacional de Brasília (BNB) foi realizada a partir das informações disponíveis no site institucional da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa e no perfil oficial da biblioteca no Instagram. Inicialmente, foram identificados e sistematizados dados sobre a missão da biblioteca, o público-alvo, a estrutura física, os serviços oferecidos e o acervo. Essas informações forneceram uma base para compreender o papel do BNB no atendimento à comunidade e sua contribuição para o acesso à informação e à cultura no Distrito Federal.

A seguir, foi realizado um mapeamento das postagens no Instagram do BNB, com foco em conteúdos voltados para o enfrentamento da violência contra as mulheres. Foram reveladas publicações que abordaram temas como o empoderamento feminino, os tipos de violência contra as mulheres e a divulgação de serviços e iniciativas voltadas para esse público. Essa etapa da pesquisa permitiu compreender como o BNB utiliza suas redes sociais para

divulgar informações e promover ações educativas e culturais de apoio às mulheres da comunidade.

Com esses dados documentais, foi possível contextualizar a atuação da Biblioteca Nacional de Brasília no enfrentamento à violência contra mulheres e, para uma análise mais aprofundada das práticas e experiências da biblioteca, segue a entrevista com a bibliotecária, que será abordada no capítulo posterior.

4.2.1 Aspectos discutidos na entrevista

A seguir, são apresentados os principais aspectos discutidos durante uma entrevista com a bibliotecária, formada pela Universidade de Brasília e, na ocasião, Diretora da Biblioteca Nacional de Brasília. Foram destacadas as respostas da entrevistada, que envolveram as experiências e desafios nas ações de enfrentamento à violência contra as mulheres realizadas pela instituição.

A primeira pergunta feita à entrevistada foi: “Quais foram as principais experiências e ações realizadas pela biblioteca nos últimos anos com foco em combate e prevenção à violência contra as mulheres?”. A bibliotecária destacou que, embora a Biblioteca Nacional de Brasília (BNB) não possua um programa específico dedicado a essa causa, a instituição promoveu diversas iniciativas com impacto direto e indireto na conscientização e no empoderamento feminino, abordando temas relacionados à violência contra as mulheres e à valorização da mulher na sociedade. Essas ações se materializaram por meio de eventos, exposições, atividades culturais e programas que beneficiaram mulheres da comunidade local, fortalecendo suas vozes e ampliando suas perspectivas.

Um dos eventos de maior destaque foi “Invisibilidade mata, conhecimento salva: basta de violência contra a mulher!”, realizado em 27 de julho de 2023, em parceria com o Instituto Fazer o Bem. A programação incluiu palestras de especialistas, intervenções culturais e uma sessão coletiva de autógrafos com autoras locais. O objetivo principal foi conscientizar o público sobre a urgência do enfrentamento ao feminicídio e reforçar a necessidade de uma corrente de informação que atinja o maior número possível de pessoas. A diretora da BNB,

ênfatizou que o evento buscava contribuir para uma sociedade onde a violência contra a mulher não fosse naturalizada, promovendo reflexão e combate ao problema.

Outra iniciativa significativa foi a Mostra Mulherio das Letras DF, realizada em 3 de agosto de 2024. O evento reuniu mais de 100 escritoras em uma roda de conversa sobre a presença feminina na literatura, exposições de obras publicadas por autoras locais e um grande sarau. Criado em 2017, o coletivo Mulherio das Letras reúne milhares de mulheres em diversas regiões do Brasil e do exterior, dando visibilidade às suas produções literárias e promovendo a inclusão na cadeia literária. A Mostra, realizada na Biblioteca Nacional, reforçou o compromisso da instituição com a valorização da produção intelectual feminina e a construção de redes de apoio e troca de experiências entre mulheres.

A exposição “As mil faces da mulher em Brasília”, inaugurada em 2 de março de 2024, também foi destaque nas ações da Biblioteca Nacional voltadas ao empoderamento feminino. A mostra celebrou a diversidade e a força das mulheres da capital federal, destacando suas múltiplas identidades e contribuições para a sociedade.

Além dessas iniciativas, a biblioteca realizou outras ações relacionadas ao empoderamento feminino e à conscientização sobre a violência contra as mulheres. Entre elas:

- Postagem destacando as personagens femininas de “Game of Thrones”, ressaltando as diferentes trajetórias de luta, em 8 de novembro de 2024;
- Lançamento do livro “Tricotando”, escrito por mulheres, em 6 de julho de 2023;
- Celebração do Dia Internacional da Mulher, com postagens em 8 de março de 2022 e 2023;
- Exposição “Mulheres escritoras do Centro-Oeste”, em 21 de março de 2023;
- Postagem informativa sobre os tipos de violência contra as mulheres, em 9 de junho de 2021.

Outro ponto mencionado pela bibliotecária foi o impacto indireto do programa “Mala do Livro”. Embora não tenha sido criado com o propósito específico de combater a violência contra as mulheres, o programa, ao incentivar a circulação de acervos literários em comunidades, proporcionou às mulheres maior acesso à literatura, ampliando seus horizontes e oportunidades. Através desse projeto, muitas mulheres se sentiram empoderadas, retomaram os estudos e transformaram suas vidas.

A segunda pergunta feita à entrevistada foi: “Como essas experiências e ações foram pensadas e planejadas, especificamente dentro da temática de combate à violência e empoderamento feminino?”. A bibliotecária explicou que, embora muitas ações promovidas pela Biblioteca Nacional de Brasília não tenham sido pensadas exclusivamente para mulheres, elas acabam atingindo majoritariamente o público feminino. Isso reflete tanto a composição dos participantes dessas iniciativas quanto o impacto que elas têm no empoderamento e na conscientização das mulheres.

No caso de eventos voltados diretamente à temática de combate à violência e empoderamento feminino, como o evento “Invisibilidade mata, conhecimento salva: basta de violência contra a mulher!”, o planejamento foi mais estruturado e surgiu em resposta a demandas sociais urgentes. A bibliotecária destacou que a realização desse evento foi motivada pelo aumento expressivo dos casos de feminicídio no Distrito Federal, o que gerou uma grande preocupação na sociedade. Ao observar essa realidade alarmante, houve uma conversa entre a direção da biblioteca e o presidente do Sindicato dos Escritores, na qual se identificou a necessidade de promover uma ação concreta para enfrentar a situação. A partir dessa articulação, o evento foi planejado com o objetivo de conscientizar o público, debater a questão e oferecer às mulheres um espaço de informação e acolhimento.

A bibliotecária também mencionou que outras ações, como os aulões e atividades culturais, são frequentemente adaptadas às necessidades que emergem na comunidade, especialmente quando relacionadas à violência de gênero ou ao empoderamento feminino. Esse processo evidencia o compromisso da Biblioteca Nacional de Brasília em responder às demandas

sociais e em criar espaços de diálogo e transformação, mesmo que muitas das iniciativas não sejam originalmente concebidas com esse foco.

Esse planejamento sensível às necessidades da comunidade demonstra a importância de integrar instituições culturais, como bibliotecas, na promoção de causas sociais, tornando-as agentes ativos no enfrentamento de problemas que afetam a sociedade.

A terceira pergunta feita à bibliotecária foi: "Quais recursos (financeiros, humanos, materiais) foram necessários para a execução dessas ações?". Em sua resposta, a entrevistada destacou que a Biblioteca Nacional de Brasília trabalha de forma colaborativa com diversas instituições, utilizando parcerias como principal estratégia para viabilizar suas iniciativas. O fomento, segundo ela, ocorre por meio da disponibilização de recursos já existentes na biblioteca, como o espaço físico, divulgação e infraestrutura técnica.

A biblioteca conta com um auditório com capacidade para 100 pessoas, equipado com sistema de som, equipamentos audiovisuais e de projeção, o que a torna um local atrativo para a realização de eventos e atividades. Essa estrutura é fundamental para estabelecer colaborações e organizar ações voltadas a públicos diversos, incluindo eventos de empoderamento feminino e combate à violência contra a mulher.

A bibliotecária também enfatizou a variedade de atividades programadas regularmente, como clubes de leitura, aulas de português, aulas de inglês instrumental, exposições e campeonatos infantis de xadrez. Essas ações demonstram o caráter multifuncional da biblioteca e a sua capacidade de atender a diferentes demandas da comunidade, garantindo um espaço de aprendizado, cultura e interação.

Embora não disponha de um orçamento específico para determinadas ações, o uso eficiente dos recursos disponíveis e o fortalecimento de parcerias são estratégias que permitem à biblioteca realizar eventos significativos e relevantes.

A quarta questão abordada na entrevista foi sobre as fontes de informação utilizadas para planejar e implementar as ações da biblioteca: “Quais fontes de informação (dados, pesquisas, referências) foram utilizadas no planejamento e implementação das ações?”. A bibliotecária explicou que, no caso específico do evento “Invisibilidade mata, conhecimento salva: basta de violência contra a mulher!”, as fontes de dados utilizadas foram as informações divulgadas pela imprensa, principalmente os números de feminicídios que estavam sendo amplamente noticiados. A crescente violência contra a mulher no Distrito Federal foi um dos motivadores para a criação do evento, e a análise dos dados de feminicídios indicou a necessidade de discutir mais profundamente o tema da violência de gênero.

Além dos dados de mídia, a bibliotecária ressaltou que as advogadas convidadas para o evento desempenharam um papel crucial na formação do conteúdo discutido. Elas trouxeram informações valiosas, baseadas em suas experiências profissionais e pesquisas jurídicas, o que possibilitou uma abordagem mais técnica e aprofundada do assunto. Esse conjunto de fontes — dados jornalísticos e o conhecimento especializado das advogadas — foi fundamental para o desenvolvimento de uma ação que buscou não apenas conscientizar, mas também empoderar as mulheres por meio da informação e do debate.

A quinta pergunta tratou da interação da biblioteca com o público-alvo durante as ações: “Como se deu a interação da biblioteca com o público-alvo durante essas ações?”. A bibliotecária destacou que houve uma excelente adesão do público às atividades, incluindo o evento “Invisibilidade mata, conhecimento salva: basta de violência contra a mulher!”. Um ponto significativo observado pela entrevistada foi que, além da presença expressiva de mulheres, o evento contou também com a participação de homens, o que ampliou o alcance e o impacto das discussões.

A interação com o público, segundo a bibliotecária, foi bastante enriquecedora. Alguns homens presentes compartilharam suas próprias reflexões sobre o tema, revelando como, mesmo com algum conhecimento sobre a questão da violência contra a mulher, se depararam em suas próprias

vidas com atitudes machistas, muitas vezes inconscientes. Um exemplo citado foi a frase “Entre marido e mulher, ninguém mete a colher”, que, segundo os participantes, ainda é comum em alguns contextos e reflete uma visão de controle sobre as mulheres, muitas vezes legitimada por normas sociais antiquadas.

Essa troca de experiências durante o evento evidenciou o impacto positivo da biblioteca ao proporcionar um espaço de reflexão e autoconhecimento. A participação ativa do público masculino não só enriqueceu as discussões, mas também possibilitou um espaço de desconstrução de atitudes machistas, fundamentais para a transformação das relações de gênero na sociedade. A biblioteca, ao promover um ambiente inclusivo e reflexivo, conseguiu gerar uma interação produtiva com o público, fortalecendo a conscientização sobre a violência de gênero e o empoderamento feminino.

A sexta pergunta abordou o retorno ou feedback do público sobre as ações realizadas pela biblioteca: “Houve algum retorno ou feedback do público sobre essas ações? Se sim, qual foi o conteúdo desse retorno?”. A bibliotecária ressaltou que o retorno foi bastante positivo e veio por meio de diferentes canais, como comentários no Instagram e interações presenciais nas próprias unidades da biblioteca. Ela destacou que a biblioteca é vista por muitos como um espaço de refúgio, onde as pessoas podem encontrar alívio para suas dificuldades cotidianas, incluindo a violência.

A bibliotecária mencionou que muitos moradores de rua, por exemplo, utilizam a biblioteca como um local para escapar das violências nas ruas. O feedback de alguns desses usuários é a percepção de que a biblioteca funciona como um “transformador social”, proporcionando proteção e acolhimento. Em alguns casos, as pessoas encontram na biblioteca não apenas um lugar de aprendizagem, mas também um espaço seguro e acolhedor, longe das situações de vulnerabilidade e violência.

Além disso, a bibliotecária relatou que o público feminino é majoritário nas atividades oferecidas, como os aulões, e que muitas dessas mulheres buscam melhorar suas perspectivas de vida, como garantir uma posição no serviço

público. Algumas delas compartilham histórias de vida com os funcionários, revelando como a biblioteca desperta neles a esperança de um futuro melhor, atuando como um ponto de apoio importante no processo de transformação social.

Um exemplo específico de feedback positivo foi compartilhado com relação a um clube de leitura, onde o livro escolhido foi “A Filha Perdida”. Durante a discussão do livro, muitos relatos de mulheres e homens surgiram, especialmente sobre a sobrecarga da maternidade. Esse momento se transformou em uma espécie de desabafo coletivo, proporcionando um espaço terapêutico onde as mulheres puderam refletir sobre suas experiências pessoais e encontrar apoio emocional no ambiente da biblioteca.

Na sétima pergunta, a questão foi sobre a existência de formas ou ferramentas de monitoramento para avaliar o engajamento e o retorno das ações promovidas pela biblioteca: “Existem formas ou ferramentas de monitoramento para avaliar o engajamento e o retorno das ações promovidas pela biblioteca?”. A bibliotecária respondeu que o monitoramento do engajamento é realizado principalmente através das redes sociais, especialmente o Instagram. O número de curtidas, compartilhamentos, comentários e a interação geral com as postagens sobre temas relacionados às mulheres são indicadores importantes para avaliar o impacto das ações.

Além disso, a adesão do público aos eventos presenciais também serve como um termômetro do sucesso das iniciativas. A observação do público que comparece às atividades, como palestras e eventos temáticos, é uma das formas de monitorar a aceitação e o retorno das ações promovidas pela biblioteca. Assim, tanto o engajamento digital quanto a presença física nos eventos contribuem para uma avaliação contínua do impacto social das iniciativas oferecidas.

Na oitava pergunta, que questionou sobre as dificuldades encontradas na realização das ações e como foram superadas, a bibliotecária relatou que, de maneira geral, as ações ocorreram sem grandes dificuldades. A biblioteca conta com uma boa infraestrutura e um espaço adequado, o que atraiu tanto os

participantes quanto as instituições parceiras. O ambiente físico e a qualidade dos recursos disponíveis, como auditório, sistema de som e projeção, facilitaram a realização das atividades e contribuíram para o sucesso das ações.

No entanto, a bibliotecária mencionou que a maior dificuldade enfrentada foi o déficit de funcionários e servidores. Apesar de a equipe estar realizando um número crescente de atividades e eventos, a quantidade de profissionais não acompanhou o aumento da demanda. Assim, o time tem se desdobrado para manter a qualidade e a quantidade das ações, superando a limitação de recursos humanos com dedicação e o apoio das parcerias estabelecidas.

A última pergunta abordou as lições aprendidas pela biblioteca com essas experiências. A bibliotecária destacou que a principal lição foi reconhecer a importância da biblioteca como um espaço essencial para discussões e troca de conhecimento, especialmente em temas como o empoderamento feminino e o combate à violência. Ela ressaltou que a biblioteca é um local adequado para promover esse tipo de discussão, pois é um ambiente culturalmente rico, que facilita a aprendizagem e o crescimento pessoal.

Além disso, a bibliotecária mencionou a predominância do público feminino nas atividades da biblioteca, o que reforça ainda mais a função social e acolhedora do espaço. Ela compartilhou um exemplo do programa “aulões dos 60+” em parceria com a UnB, que proporcionou a mulheres que, na juventude, não puderam acessar o ensino superior devido às responsabilidades familiares, a chance de retomar seus estudos. Algumas dessas mulheres, após serem aprovadas no vestibular, voltaram à biblioteca para compartilhar suas histórias de sucesso, evidenciando a importância da biblioteca como um agente transformador na vida dessas pessoas.

4.3 Panorama das experiências na Biblioteca Pública de Ceilândia e Biblioteca Nacional de Brasília

As entrevistas realizadas com a bibliotecária e gestora de duas importantes bibliotecas públicas de Brasília, a Biblioteca Pública de Ceilândia e a Biblioteca Nacional de Brasília, revelaram esforços significativos para

combater a violência contra as mulheres, além de desafios e oportunidades para expandir essas ações. Ambas as bibliotecas destacam a importância de seus espaços como pontos de apoio para as mulheres em situação de violência, não apenas oferecendo informações, mas também promovendo atividades educativas e culturais.

A literatura sobre o papel social das bibliotecas públicas reforça essa dimensão transformadora, destacando que tais instituições vão além da simples disponibilização de acervos. Como apontam Cunha e Cavalcanti (2008), as bibliotecas públicas devem atuar como agentes ativos na disseminação de conhecimento e promoção da cidadania. Nesse sentido, as ações desenvolvidas na Biblioteca Pública de Ceilândia e na Biblioteca Nacional de Brasília dialogam com esse compromisso ético e social, conforme argumentam Garcia et al. (2009), ao destacar que bibliotecas que investem em programas educativos e de apoio comunitário fortalecem sua relevância social e institucional.

Na Biblioteca Pública de Ceilândia, ações como eventos, cursos e a distribuição de materiais informativos são vistas como eficazes na conscientização sobre a violência doméstica e os direitos das mulheres. Essa iniciativa está alinhada com a mediação cultural da informação, que, segundo Gomes (2020, apud Cavalcante, 2022), tem o potencial de fomentar a criticidade e promover o empoderamento por meio da problematização das realidades vivenciadas. Já a Biblioteca Nacional de Brasília se destaca pela realização de palestras, exposições e parcerias com organizações externas, buscando fortalecer o entendimento sobre a violência de gênero e o empoderamento feminino. Essas práticas convergem com a ideia de que as bibliotecas públicas devem atuar como centros de apoio educacional e informativo para grupos vulneráveis, conforme pontuado por Melo Neto e Froes (2002), ao discutirem a evolução do conceito de responsabilidade social na atuação institucional.

Além disso, a responsabilidade social das bibliotecas se manifesta na necessidade de oferecer serviços específicos para aqueles que mais revelam informações, incluindo mulheres em situação de vulnerabilidade. Como destaca a IFLA/UNESCO (2022), as bibliotecas devem fornecer serviços e materiais acessíveis a todas as camadas da população, garantindo o acesso equitativo ao

conhecimento e fortalecendo o papel dessas instituições na construção de uma sociedade mais justa e informada. No contexto da violência contra as mulheres, a propagação da informação é fundamental para romper ciclos de abuso e promover a autonomia feminina. Como afirma Kitamura (2021), a violência de gênero é uma preocupação estrutural, sustentada por normas patriarcais que restringem o acesso das mulheres à informação e às redes de apoio, dificultando sua capacidade de reagir a situações de abuso que refletem a crescente tendência das bibliotecas públicas em se posicionarem como espaços de acolhimento e transformação social.

No entanto, apesar dos avanços, ambas as bibliotecas enfrentam desafios significativos. No caso da Biblioteca Pública de Ceilândia, a falta de recursos financeiros é um entrave, enquanto na Biblioteca Nacional de Brasília, a escassez de recursos humanos limita a expansão das atividades.

A superação dessas dificuldades passa pela articulação de redes de apoio e pela mediação da informação. Como apontam Freire (2001) e Almeida Júnior (2009), a mediação informacional não se restringe à disponibilização de conteúdos, mas envolve um trabalho ativo de orientação e construção de significados que facilitam a apropriação da informação pelos usuários. Isso se reflete na forma como ambas as bibliotecas têm estabelecido parcerias com organizações não governamentais (ONGs) e governamentais, centros de acolhimento e profissionais voluntários, como psicólogos e advogados, para oferecer um suporte mais amplo às mulheres. Essas parcerias permitem expandir o alcance das iniciativas, garantindo maior efetividade na proteção dos direitos das mulheres e no combate à violência de gênero.

A promoção do acesso à informação está diretamente relacionada ao conceito de cidadania informacional, conforme argumenta Rosa (2013). Segundo o autor, a informação é um elemento-chave para que os indivíduos possam exercer sua cidadania, tornando-se agentes ativos na transformação social. Isso implica que as bibliotecas não apenas disponibilizam informações sobre atividades de educação informacional, ajudando as mulheres a compreender seus direitos e os recursos disponíveis para seu amparo.

Outro aspecto relevante é o papel da mediação da informação nesse processo. Como destaca Almeida Júnior (2009), a mediação vai além da simples transmissão de informações, exigindo do bibliotecário um papel ativo na orientação dos usuários e na construção de um ambiente seguro e acolhedor. Dessa forma, o bibliotecário assume uma função que ultrapassa o trabalho técnico, tornando-se um agente de mudança social.

Por fim, a experiência da Biblioteca Pública de Ceilândia e da Biblioteca Nacional de Brasília reforça a necessidade de se pensar em modelos inovadores para a atuação das bibliotecas públicas no enfrentamento da violência contra as mulheres. Como aponta Silva (2018), as bibliotecas que adotam práticas integradas, combinando informação, mediação e parcerias estratégicas, tornam-se referências no apoio a grupos vulneráveis. Assim, ao investir em ações que promovam o empoderamento feminino e a disseminação de informações de qualidade não apenas cumprem sua função social, mas também são modelos para a construção de uma sociedade mais equitativa e justa.

5. Conclusão

Considerando a importância das bibliotecas públicas como mediadoras informacionais e culturais, esta pesquisa avaliou a contribuição de duas bibliotecas de Brasília — a Biblioteca Pública de Ceilândia e a Biblioteca Nacional de Brasília — para a prevenção e combate à violência contra as mulheres. A partir das experiências observadas nessas instituições, é possível concluir que as bibliotecas públicas estão desempenhando um papel cada vez mais relevante no enfrentamento da violência de gênero, por meio de ações educativas, culturais e de apoio comunitário, que visam promover a conscientização sobre a violência doméstica e oferecer suporte às mulheres em situação de vulnerabilidade.

Em relação aos objetivos específicos, foi possível mapear diversas iniciativas voltadas à conscientização e ao apoio às mulheres. A Biblioteca Pública de Ceilândia e a Biblioteca Nacional de Brasília têm se destacado ao oferecer atividades como eventos educativos, palestras, exposições, cursos e a

distribuição de materiais informativos, em parceria com organizações externas, para fortalecer o entendimento sobre a violência contra as mulheres e empoderar esse público. Essas iniciativas têm se mostrado eficazes na sensibilização das comunidades e na criação de um ambiente de acolhimento e apoio. Além disso, o planejamento dessas atividades e sua execução têm se dado de forma articulada, com o objetivo de atingir mulheres em diferentes níveis de vulnerabilidade, promovendo, ao mesmo tempo, a reflexão e a transformação social.

Também foi possível identificar que, apesar do empenho dessas bibliotecas, existem desafios significativos para a continuidade e expansão dessas ações. A falta de recursos, tanto financeiros quanto humanos, limita o alcance das atividades e impede uma maior abrangência na oferta de serviços de apoio. No entanto, as parcerias com ONGs, centros de acolhimento e profissionais voluntários têm sido fundamentais para suprir essas lacunas e garantir a qualidade das ações desenvolvidas. Esses desafios evidenciam a necessidade de um investimento mais consistente em recursos para que as bibliotecas possam ampliar suas ações e, assim, fortalecer seu papel no enfrentamento da violência de gênero.

Diante dessas constatações, é possível sugerir algumas estratégias para ampliar a atuação das bibliotecas na prevenção e combate à violência contra as mulheres. Uma das propostas é a criação de redes de apoio dentro das bibliotecas, que conectem mulheres em situação de vulnerabilidade a serviços especializados, como assistência jurídica, psicológica e social. Essas redes poderiam contar com a participação de profissionais voluntários e organizações governamentais e não governamentais, fortalecendo o suporte oferecido a esse público.

Outra possibilidade é a implementação de rodas de conversa temáticas, promovendo espaços seguros onde as mulheres possam compartilhar experiências, obter informações sobre seus direitos e receber apoio mútuo. Essas rodas de conversa poderiam ser organizadas em parceria com especialistas em direitos humanos, psicólogos e assistentes sociais, garantindo um ambiente acolhedor e informativo.

Além disso, as bibliotecas podem desempenhar um papel fundamental na educação para a equidade de gênero desde a infância. Projetos de alfabetização informacional sobre violência contra as mulheres e direitos humanos poderiam ser incorporados às atividades educativas das bibliotecas, com materiais e programas voltados para crianças e adolescentes. Iniciativas como contação de histórias, oficinas pedagógicas e materiais lúdicos sobre respeito, igualdade e combate à violência de gênero poderiam contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados na construção de uma sociedade justa e igualitária.

Por fim, campanhas permanentes de sensibilização sobre a violência contra as mulheres podem ser ampliadas, utilizando diferentes formatos, como exposições interativas, podcasts educativos e debates transmitidos online. Dessa forma, as bibliotecas poderiam alcançar um público ainda maior, promovendo o acesso à informação de forma dinâmica e acessível.

Esta pesquisa, além de atingir os objetivos propostos, também busca provocar uma reflexão profunda entre os profissionais da informação sobre o papel das bibliotecas públicas na sociedade. O que estamos fazendo para transformar as bibliotecas em espaços de acolhimento e transformação social? Como podemos ampliar a atuação dessas instituições, que já têm se destacado em suas ações de enfrentamento à violência contra as mulheres, para que elas se tornem verdadeiros centros de apoio e empoderamento? A reflexão sobre esses pontos é fundamental, pois, como vimos, as bibliotecas públicas têm um papel grandioso a desempenhar na promoção da cidadania e no combate às desigualdades de gênero. Mais do que espaços para o empréstimo de livros, elas devem se consolidar como centros culturais, educativos e de apoio, contribuindo ativamente para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, é necessário que todos os envolvidos no desenvolvimento das políticas públicas de informação, além de reconhecerem a importância dessas ações, também se questionem sobre como podem ampliar e fortalecer essas práticas, fazendo das bibliotecas públicas um alicerce sólido para a transformação social.

Uma limitação notável desta pesquisa está em seu escopo analítico, que se limita às experiências de apenas duas bibliotecas públicas em Brasília. Embora os resultados sejam significativos, envolver um número maior de instituições — tanto na capital quanto em várias regiões do país — permitiria uma compreensão mais abrangente de como as bibliotecas contribuem para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres. Além disso, este estudo se concentrou principalmente nas ações e serviços institucionais fornecidos, negligenciando os pontos de vista dos usuários que utilizam esses espaços e se envolvem diretamente com essas iniciativas. Pesquisas futuras podem investigar as percepções de mulheres que se beneficiam dos serviços de biblioteca, examinando os efeitos tangíveis dessas atividades em seu empoderamento e acesso à informação. Outra limitação é a ausência de análise quantitativa sobre os resultados das ações tomadas, o que poderia gerar insights mais objetivos sobre a eficácia das iniciativas. Portanto, estudos futuros podem explorar essas dimensões mais profundamente, integrando métodos qualitativos e quantitativos para oferecer uma perspectiva ainda mais rica sobre o potencial das bibliotecas públicas como catalisadoras de mudanças sociais.

Referências bibliográficas

AGÊNCIA BRASÍLIA. Biblioteca Nacional promove palestras contra feminicídio. Agência Brasília, 27 jul. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasilia.df.gov.br/2023/07/27/biblioteca-nacional-promove-palestras-contrafeminicidio/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Biblioteca pública: avaliação de serviços. Londrina: Eduel, 2013. Disponível em: https://www.uel.br/editora/portal/pages/arquivos/biblioteca%20publica_digital.pdf. Acesso em: 3 fev. 2025.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, 2009. Disponível em:

<https://search.proquest.com/openview/4073686280a949d6fba202d42e6c253f/1?pq-origsite=gscholar&cbl=307051>. Acesso em: 27 jan. 2025.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O conceito de informação na Ciência da Informação. **Informação & Sociedade**, v. 20, n. 3, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Carlos-Araujo-35/publication/277240372_O_conceito_de_informacao_na_Ciencia_da_Informacao/links/562afef408ae04c2aeb1d94d/O-conceito-de-informacao-na-Ciencia-da-Informacao.pdf. Acesso em: 22 jan. 2025.

ARAÚJO, Bianca Fonseca et al. Análise da prevalência dos tipos de violência contra a mulher na região nordeste. **Journal of Medicine and Health Promotion**, v. 4, p. 1086-1095, 2019. Disponível: <https://jmhp.fiponline.edu.br/pdf/cliente=13-be613bb5bc1c39e88896699aa4c636b3.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2024.

ARRUDA, Guilhermina Melo. As práticas da biblioteca pública a partir das suas quatro funções básicas. **CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO**, 2000. Anais. Porto Alegre: Associação Rio Grandense de Bibliotecários. Disponível em: <https://bibliotecaproduz.wordpress.com/wp-content/uploads/2009/06/as-praticas-da-biblioteca-publica-katty.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2024.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SAMPAIO, Denise Braga; SANTOS, Izabel Lima dos. **As bibliotecas públicas e o enfrentamento à violência contra as mulheres: um olhar sobre o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5**. 2022. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/69712/1/2022_capliv_mcrbernardino.pdf. Acesso em 12 nov. 2024.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SUAIDEN, Emir Jose. O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da informação. **Perspectivas em ciência da informação**, v. 16, p. 29-41, 2011. Disponível:

<https://www.scielo.br/j/pci/a/59tSQqr4G9TJSBNBGdXnrrv/?f>. Acesso em: 17 nov. 2024.

BIBLIOTECA CEILÂNDIA. Disponível em: <https://ceilandiabibliotec.wixsite.com/website>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BIELLA, Janize Luiza et al. Mulheres em situação de violência: Políticas Públicas. Processo de Empoderamento e a intervenção do Assistente Social. 2005. Disponível: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/118557/286678.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 nov. 2024.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. Disponível: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/BOURDIEU__Pierre._A_domina%C3%A7%C3%A3o_masculina.pdf?1332946646. Acesso em: 11 nov. 2024.

BRASIL, Lei Maria da Penha, Lei 11.340/2006. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm . Acesso em: 12 nov. 2024.

BRETTAS, Aline Pinheiro. A biblioteca pública: um papel determinado e determinante na sociedade. **Biblos**, v. 24, n. 2, p. 101-118, 2010. Disponível: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/1153>. Acesso em 18 nov. 2024.

CASTRO, César Augusto; RIBEIRO, Maria Solange Pereira. Sociedade da informação: dilema para o bibliotecário. **Transinformação**, Campinas, v.9, n.1, p.17-25, jan./abr. 1997. Disponível: <https://puccampinas.emnuvens.com.br/transinfo/article/view/1589>. Acesso em 19 nov. 2024.

CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman. A violência contra a mulher sob o olhar da mediação cultural da informação: análise da exposição "Retratos Relatos". **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 18, n. 2,

p. 1-19, 2022. Disponível: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1806>. Acesso em: 12 dez. 2024.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, “Convenção de Belém do Pará”, 2022. Disponível: https://www.academia.edu/download/52111938/Genero_e_Trafico_de_Mulheres_01_1_.pdf#page=147. Acesso em: 19 jan. 2025.

CÔRTEZ, Gisele Rocha; LUCIANO, Maria Cristiana Félix; DIAS, Karla Cristina Oliveira. A informação no enfrentamento à violência contra mulheres: Centro de Referência da Mulher “Ednalva Bezerra”: relato de experiência. **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, p. 134-151, 2012. Disponível: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/download/14199/8105>. Acesso em: 19 jan. 2025.

CORREIA, Vera Lúcia Rebola. **Bibliotecas públicas, responsabilidade social e cidadania**. 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade NOVA de Lisboa (Portugal). Disponível: <https://search.proquest.com/openview/6110dd72c4cc0a308b5b4c222501fbeb/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y>. Acesso em: 18 nov. 2024.

COSTA, I. D. P. O serviço de informação à comunidade nas bibliotecas públicas portuguesas. In **CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS**, 8., 2004, Estoril, Portugal. Actas... Estoril: BAD, 2004. Disponível: <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/congressosbad/article/view/639>. Acesso em: 18 nov. 2024.

COLONO, Barbara Angelica; CAVALCANTE, Luciane de Fatima Beckman. Mediação da informação para mulheres: um estudo de caso sobre a Biblioteca Comunitária Abdias Nascimento em Londrina/PR. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 16, p. 1-22, 2020. Disponível: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1262>. Acesso em: 12 dez. 2024.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J D. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos**. Porto Alegre: Grupo A, 2021. E-book. ISBN 9786581334192. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786581334192/>. Acesso em: 22 ago. 2024.

CRIATIVA, S. D. E. D. C. E. E. **Biblioteca Nacional de Brasília. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA**, [s.d.]. Disponível: <https://www.cultura.df.gov.br/biblioteca-nacional-da-brasilia/>. Acesso em: 2 fev. 2025

CUNHA, Miriam Vieira da. O papel social do bibliotecário. **Encontros Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n.15, 1º sem. 2003. Disponível: <https://www.redalyc.org/pdf/147/14701504.pdf>. Acesso em 08 dez. 2024.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. xvi, 451 p. Disponível: <https://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/34113>. Acesso em 11 nov. 2024.

FACHIN, Juliana. Mediação da Informação na Sociedade do Conhecimento. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 25–42, 2013. Disponível: <https://furg.emnuvens.com.br/biblos/article/view/3096>. Acesso em: 27 jan. 2025.

FEDERAL, S. **Dataseado**. Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher - DataSenado 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/dataseado/publicacaodataseado?id=pesquisa-nacional-de-violencia-contra-a-mulher-dataseado-2023>. Acesso em: 28 nov. 2024.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Grupo A, 2008. E-book. ISBN 9788536318523. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536318523/>. Acesso em: 22 ago. 2024.

FRANCISCO, Lucilene Aparecida; CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman; DA SILVA, Terezinha Elisabeth. A Mediação cultural da informação sobre a "imagem" da mulher nos contos de Marina Colasanti. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 14, n. 1, p. 113-134, 2023. Disponível: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/192650>. Acesso em: 22 nov. 2024.

FRANCISCO EL HOMBRE. **Triste, louca ou má.**

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. Disponível: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-Paulo-Freire.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2024.

GARCIA, Joana Coeli Ribeiro et al. O conceito de responsabilidade social nos programas de [pós-graduação] em Ciência da Informação no Brasil, período 1980-2008. In: **ENANCIB**, 10., 2009, João Pessoa. Anais... João Pessoa: Idéia, 2009. p. 238-256. Disponível: <https://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/paper/view/3141/2267>. Acesso em: 12 nov. 2024.

IFLA. Manifesto da Biblioteca Pública IFLA-UNESCO, 2022. Disponível em <http://repositorio.febab.org.br/items/show/6247>. Acesso em: 20 nov. 2024.

IFLA. Diretrizes da IFLA sobre os serviços da biblioteca pública. 2. ed. IFLA: 2013 Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/series/147-pt.pdf> Acesso em: 20 nov. 2024.

JUSBRASIL. O crescimento da violência doméstica durante a pandemia de Covid-19 . 2020. Disponível: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/violencia-domestica-durante-a-pandemia-da-covid-19/1495356693>. Acesso em: 02 fev. 2025.

KITAMURA, Camila Marques Leoni. A violência contra as mulheres e o feminicídio. 2021. 125 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade

Católica de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/23670>. Acesso em: 12 dez. 2024.

LEITÃO, Janete Lima. Mulheres em situação de violência: tipologias, políticas públicas e a intervenção do assistente social. 2022. Disponível: <https://repositorio.pgsscogna.com.br//handle/123456789/51545>. Acesso em: 15 nov. 2024.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor**. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 2002.

MELO, Ana Virgínia de Queiroz, “Programa social? Biblioteca presente!”. Repositório - FEBAB, 2002. Disponível: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/4018>. Acesso em: 12 dez. 2024.

MEDEIROS, Geralda Gilvanda de. Violência contra mulheres e informação: mulheres atendidas na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher-DEAM—João Pessoa. 2016. Disponível: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/14749>. Acesso em 12. nov. 2024.

MILANESI, Luiz. **Ordenar para desordenar: centro de cultura e bibliotecas públicas**. 1986.

MORGANTE, Mirela Marin; NADER, Maria Beatriz. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. **Anais do XVI Encontro Regional de História da ANPUH**, 2014. Disponível: http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1399953465_ARQUIVO_textoANPUH.pdf. Acesso em: 20 dez. 2024.

OLIVEIRA, Roseli Elias Macedo de. **Responsabilidade social em bibliotecas públicas: como é percebida?**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Graduação em Biblioteconomia. Disponível: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/39941/3/ResponsabilidadeSocial_Oliveira_2009.PDF. Acesso em 05 jan. 2025.

OLIVEIRA, Rodrigo Moreira de. A IMPORTÂNCIA DA LEI MARIA DA PENHA: Uma ênfase na eficácia das medidas protetivas da mulher contra a violência doméstica. 2020. Disponível: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/23203/1/RMO030420.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Violence against women prevalence estimates, 2018. Genebra: WHO, 2021. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/341337>. Acesso em: 27 nov. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. RESPECT Women: preventing violence against women. Genebra: WHO, 2019. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/respect-women-framework>. Acesso em: 27 nov. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Fact Sheet: Violence against women. Genebra: WHO, 2023. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/violence-against-women>. Acesso em: 27 nov. 2024.

PALLETA, Francisco Carlos; SILVA, Joelma Alves; AUGUSTO, Marcia Silva; SILVA, Yara Cristina Pereira da. Gestão da Qualidade em Bibliotecas Públicas. **Ciência da Informação em Revista**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 17–28, 2015. DOI: 10.28998/cirev.%y217-28. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/1786>. Acesso em: 3 fev. 2025.

PINHEIRO, Jane Andréia da Silveira. Serviço de informação em bibliotecas públicas e populares. 2019. Disponível: <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/congressosbad/article/view/639/636>. Acesso em 11 dez. 2024.

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da biblioteconomia**. Brasília: Briquet De Lemos, 2009.

ROSA, Cláudia Couto. Análise dos formatos para efetivação da transparência: Ouvidoria e serviços de informação ao cidadão. In: CONSAD, 6., Brasília, 2013. Disponível: <http://consad.org.br/wp-content/uploads/2013/05/088->

AN%C3%81LISE-DOS-FORMATOS-PARA-EFETIVA%C3%87%C3%83O-DA-TRANSPAR%C3%8ANCIA-OUVIDORIAS-E-SERVI%C3%87OS-DE-INFORMA%C3%87%C3%83O-AO-CIDAD%C3%83O.pdf. Acesso em 25 nov. 2024.

SANTOS, Raiane da Silva. A informação na ciência da informação: mapeamento do conceito de informação em alguns periódicos brasileiros. **Revista Anhanguera**, p. 22-38, 2021. Disponível: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/211031>. Acesso em: 11 jan. 2025.

SILVA, Jonathas Carvalho; GOMES, Henriette Ferreira. Conceitos de informação na Ciência da informação: percepções analíticas, proposições e categorizações. **Informação & Sociedade: estudos**. João Pessoa, v. 25, n. 1, p. 145-157, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/145>. Acesso em: 05 nov. 2024.

SANTA ANNA, Jorge et al. Implementação, avaliação, manutenção e reestruturação do serviço de referência das bibliotecas universitárias brasileiras à luz das diretrizes da American Library Association. 2023. Disponível: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/63751>. Acesso em: 15 dez. 2024.

SALAÜN, Jean-Michel; ARSENAULT, Clément. **Introduction aux sciences de l'information**. Les Presses de l'Université de Montréal, 2011.

SEGA, B. E.; FALER, C. S. Perfil de agressores: stalking e as diversas tipologias de violência contra a mulher. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 7, n. 2, p. e68910–e68910, 2024. Disponível: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/68910>. Acesso em: 15 dez. 2024.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL (SSP-DF). **Painel de Femicídios do DF**. 2024. Disponível em: <https://femicidio.ssp.df.gov.br/extensions/femicidio/femicidio.html#1>. Acesso em: 21 fev. 2025.

SECRETARIA DA MULHER DO DISTRITO FEDERAL. **Comitê de Proteção à Mulher em Ceilândia é inaugurado**. 2024. Disponível em: [_https://www.mulher.df.gov.br](https://www.mulher.df.gov.br). Acesso em: 21 fev. 2025.

SHANNON, Claude; WEAVER, Warren. Teoria matemática da comunicação. São Paulo: Difel, 1975. Disponível: <https://cip.brapci.inf.br/download/178153>. Acesso em 12 jan. 2025.

SILVA, Armando Malheiro da. A informação. Da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico. Porto: Edições Afrontamento, 2006. Disponível: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/1263/1452>. Acesso em: 15 nov. 2024.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês et al. Bibliografia sobre Justiça Social: fontes sobre o tema em Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, v. 52, n. 1, 2023. Disponível: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/6094>. Acesso em: 12 dez. 2024.

SILVA, Iara Maria Felix. BIBLIOTECAS PÚBLICAS: Proposta para um Serviço de Informação à Comunidade. **Ciência da Informação em Revista**, v. 5, n. 3, p. 71-82, 2018. Disponível: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/5603>. Acesso em 15 dez. 2024.

SOUZA, SUELLEN ANDRÉ DE. LEIS DE COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA AMÉRICA LATINA: UMA BREVE ABORDAGEM HISTÓRICA. **XXVII Simpósio Nacional de História, Natal-RN**, v. 22, 2021. Disponível: https://www.mpmg.mp.br/data/files/E2/50/C8/35/DA44A7109CEB34A7760849A8/Leis%20de%20combate%20a%20viol_ncia%20contra%20a%20mulher%20na%20Am_rica%20Latina.pdf. Acesso em: 15 dez. 2024.

SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da informação**, v. 29, p. 52-60, 2000. Disponível: <https://www.scielo.br/j/ci/a/JJCz6RKQhDZNGG6yVdL9pQP/>. Acesso em: 13 dez. 2024.

TEIXEIRA, Bárbara Diana Pires. Estratégias para o combate à desinformação: o papel da Biblioteca Pública. **Estratégias para o combate à desinformação: o papel da Biblioteca Pública**, 2022. Disponível: <https://hdl.handle.net/10316/99465>. Acesso em: 11 jan. 2025.

VEGA-ALMEIDA, R.L.; FERNÁNDEZ-MOLINA, J.C.; LINARES, R. Coordenadas paradigmáticas, históricas y epistemológicas de la Ciencia de la Información: una sistematización. *Information Research*, v. 14, n. 2, jun. 2009. Disponível em: <http://InformationR.net/ir/14-2/paper399.html>. Acesso em: 15 nov. 2024.

ZAHER, C. R. Prefácio. In: **BIBLIOTECA pública: princípios e diretrizes**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2000.

Apêndice A

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Quais foram as principais experiências e ações realizadas pela biblioteca nos últimos anos com foco em combate e prevenção à violência contra as mulheres?
2. Como essas experiências e ações foram pensadas e planejadas, especificamente dentro da temática de combate à violência e empoderamento feminino?
3. Quais recursos (financeiros, humanos, materiais) foram necessários para a execução dessas ações?
4. Quais fontes de informação (dados, pesquisas, referências) foram utilizadas no planejamento e implementação das ações?
5. Como se deu a interação da biblioteca com o público-alvo durante essas ações?
6. Houve algum retorno ou feedback do público sobre essas ações? Se sim, qual foi o conteúdo desse retorno?
7. Existem formas ou ferramentas de monitoramento para avaliar o engajamento e o retorno das ações promovidas pela biblioteca?

8. Quais dificuldades foram encontradas na realização das ações e como foram superadas?
9. Quais lições a biblioteca aprendeu com essas experiências?